

REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.º 8

Agosto de 1922

Ano LXXIV

Director, proprietário e editor — Empresa da *Revista Militar*
Composição e impressão na TIPOGRAFIA DA EMPRESA DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Rua do Diário de Notícias, 78 — Lisboa

João Sebastião del Cano

Noticiaram recentemente os jornais, que o Governo Português fôra convidado a fazer-se representar na revista naval que em breve se realizará em Espanha, durante as festas comemorativas do 4.º centenário da primeira viagem de circunnavegação, levada a cabo por João Sebastião del Cano, a bordo da nau «*Vitoria*», de 1519 a 1522.

Fôra de Espanha, para nenhum outro país tem maior interesse esta viagem do que para nós, portugueses, não só porque foram dois compatriotas nossos, Fernão de Magalhães e Ruy Faleiro, que inicialmente a estudaram e prepararam, e, ainda também, porque muitos portugueses iam na armada desempenhando funções importantes; mas, sobretudo, porque o objectivo da expedição era atingir as Molucas pela *passagem do Sudueste*, tornando-se assim efectiva para a Espanha a posse do mar do Sul, anos antes assenhoreado para a corôa de Castela por Vasco Nunez de Balboa, que para o efeito, segundo conta Jurien de la Gravière, se meteu por êle dentro com a espada nua, na mão.

Alcançadas as famosas ilhas das especiarias, através de mares que estavam fôra da jurisdição portuguesa, e provado que fosse que elas demoravam no hemisfério que tinha sido designado à influência espanhola, o que poderia ser confirmado pelas observações dos seus pilotos, todos os enormes sacrificios por nós feitos, ficavam gravemente prejudicados, e em grande parte inutilizado o sonho do infante D. Henrique e a obra dos seus admiráveis cooperadores e continuadores. Portugal, apesar dos altos feitos dos seus marinheiros, do sangue dos seus filhos e da iluminada tenacidade dos seus

estadistas, ficaria assim reduzido a situação análoga aquela em que deixamos as republicas italianas, após a viagem de Vasco da Gama. Perderíamos uma parte notavel, a melhor, dos frutos alcançados na empresa do almirante-mór e nas guerras que por todo o Oriente vinhamos sustentando. É certo que a deslumbradora India continuaria na nossa posse, com todas as suas riquezas e com todo o seu fausto; que Malaca nada perderia do seu valor como posição estratégica e que Ormuz não deixaria de ser uma excelente base para as operações maritimas no Norte do Indico; mas, para o Oriente, outro caminho fôra descoberto e as ilhas das especiarias, as famosas e desejadas Molucas, poderiam passar para a posse doutros.

Com as nossas armadas e com as posições que conquistamos em terra havíamos fechado a derrota do Oriente e guardado nas nossas mãos o seu rico e cobiçado comércio; e era então que outros surgiam pela retaguarda, ameaçando-nos de irem recolher à origem as mercadorias que tão apreciadas eram na Europa e contestar-nos o direito à posse plena e absoluta das ilhas onde elas se criavam.

Tais foram os problemas que a empresa de Fernando de Magalhães e Sebastião del Cano trouxe à tela da discussão fazendo irritantemente reviver questões, que eram inegavelmente da maior transcendência para o futuro de Portugal.

A descoberta da *passagem do Sudueste* e as noticias recebidas pelos espanhois acêrca da localização das Molucas são, no nosso ponto de vista, as questões mais importantes a considerar na viagem de circunnavegação levada a cabo por Sebastião del Cano e os seus pouco numerosos companheiros, que tiveram a fortuna, bem caramente conquistada, de abordar a S. Lucar de Barrameda, quâsi três anos depois da data da partida, escrevendo na história da civilização europeia uma das suas mais brilhantes páginas.

Dos dois problemas a que nos temos referido, o primeiro ficou inteira e definitivamente resolvido por Fernando de Magalhães, com a descoberta do estreito a que, como justa homenagem, foi dado o seu glorioso nome; o segundo não conduziu a resultados tão satisfatórios sob o ponto de vista scientifico, o que não é para estranhar numa época em que a astronomia começava a dar as suas provas, divorciando-se da astrologia, e os processos e instrumentos de observação eram

assaz imperfeitos; foi porém solucionada diplomaticamente a nosso favor, após longa controversia que constitue episódio interessante na história das relações luso-espanholas.

São sobejamente conhecidas as dificuldades de toda a ordem experimentadas por Fernando de Magalhães na sua memoravel viagem. A má vontade dos tripulantes, a revolta, umas vezes latente outras declarada, dos capitães, os temporais, as calmas, a escacez de mantimentos e aguada, a acção dos climas mais extremos, o absoluto desconhecimento das regiões que iam atravessando, a deficiência dos métodos e instrumentos de navegação, todos êstes factos, como aliás succedeu a tantos outros navegadores de então, submeteram à mais decisiva experiência as suas qualidades de chefe, sem nunca terem feito fraquejar a sua vontade ou abrandar o vigor da sua fé.

A 20 de Setembro de 1519 largou de S. Lucar de Barameda a armada de Magalhães, composta de cinco navios, levando a seu bordo 236 homens; como mestre duma das naus seguia João Sebastião del Cano, o *honrado bíscaíno*, segundo o dizer dum nosso historiador.

Bem depressa começaram as disputas entre o comandante em chefe e João de Carthagená, comandante ou capitão, como então se dizia, da "*Santo Antonio*", que, tendo substituído Ruy Faleiro, pretendia ser consultado sobre assuntos de navegação. A energia de Fernando de Magalhães, que em certas ocasiões lembra a do grande Albuquerque, como, por exemplo, quando intimou ordem de prisão a Carthagená, *agarrando-o pelo peito* e impondo-se aos outros capitães, a tal ponto que nenhum respondeu ao apêlo que o camarada lhes fazia; a energia de Magalhães, dizíamos, conseguiu superar todas as dificuldades e levar a armada até à baía de S. Julião, onde foi invernar (31 de Março a 24 de Agosto de 1520). Nesta baía novamente o comandante em chefe foi forçado a restaurar a ordem, perturbada por uma rebelião capitaneada pelo irrequieto João de Carthagená. Em consequência disto, dois capitães — Gaspar de Quezada e Luiz de Mendonza —

sofreram a pena última, e João de Carthagená e o clérigo Pero Sanchez de Reina foram abandonados à sua sorte naquela terra, teatro das suas feias maquinações. Foi ainda por este tempo que Fernando de Magalhães teve mais outra contrariedade, com a perda da nau "*Santiago*", que havia mandado ao Sul, em exploração da costa.

A 21 de Outubro deram vista do Cabo das Virgens e como mais uma vez se suspeitasse que estavam em frente da almejada passagem, foram enviadas a "*Santo Antonio*" e a "*Conceição*" a reconhecer aquela abertura, obtendo-se então a certeza de que tinha sido encontrado o estreito que ligava os dois mares.

Aqui, mais uma vez esteve a empresa em grave risco de fracassar, e assim teria sucedido, se não lhe valesse a provada energia do chefe a quem fôra confiada. Chamados os principais da Armada a dar parecer sobre a situação, todos se pronunciaram favoravelmente pela continuação da viagem, excepto o nosso compatriota Estevam Gomes, piloto da *Santo Antonio*, que foi de opinião de que se voltasse para Espanha; e como o Gomes era reputado grande marinheiro, logo muita gente se passou para o seu lado. Fernando de Magalhães não se deu, porém, por convencido e no dia seguinte continuou a sua derrota.

Já depois de haver sido percorrida uma grande parte do estreito, ordenou o capitão general que a *Santo Antonio* fosse descobrir a saída, e então conseguiu Estevam Gomes dar execução ao seu plano de regressar a Espanha, porque não sendo avistada a armada no *rendez-vous* combinado, êle e Jeronimo Guerra, escrivão, levantaram-se contra o capitão da nau, prenderam-no e conduziram o navio a Sevilha, sob o comando do segundo.

Assim, só três navios — *Trindade*, *Conceição* e *Vitória* — prosseguiram a viagem pelo estreito, que foi denominado de Todos os Santos, desembocando, finalmente, no mar do Sul, a 27 de Novembro de 1520.

Sem incidentes de vulto, mas não tendo afinado com o melhor caminho para atingir o seu fim, foi navegando a armada até alcançar as ilhas de S. Lazaro, hoje chamadas Filipinas, onde Fernando de Magalhães, mais habil navegador e valeroso guerreiro, do que astuto diplomata, acabou os seus dias,

batalhando com os indígenas. Para o substituir elegeram outro português, Duarte Barbosa, cunhado de Magalhães, a quem a fortuna não quis conceder as suas graças, porque pouco depois foi igualmente vítima da traição dos naturais.

Fugindo ao convívio de tão barbaras gentes, largaram os navios apressadamente em demanda das famosas ilhas das especiarias, ouvindo ainda à partida os lamentos do seu companheiro João Serrano, que naquela ocasião estava sendo trocado em terra. Novamente veio a recair o comando em chefe noutro nosso compatriota, João Lopes de Carvalho, que fôra piloto da nau *Conceição*, por esse tempo queimada, por não haver gente que bastasse para manobrar os três navios. Assim continuou a armada em busca das Molucas, até que antes de sair de Burneo foi destituído o Carvalho, nomeado em seu lugar Gonzalo Gomez de Espinoza, e João Sebastião del Cano escolhido para o comando da nau *Vitória*.

Por fim, em 8 de Novembro, ao cabo de quasi um ano completo de navegação no Pacífico, avistaram as famosas ilhas, objecto do seu empreendimento, que já tantas vidas e trabalhos haviam custado.

Após tão longa e acidentada travessia não é para admirar que os resultados das observações dos navegantes, especialmente no que dizia respeito á longitude, que era, para o caso, o mais importante, e que naquele tempo se determinava muito imperfeitamente, mais viesse complicar ainda o antigo e tão debatido problema da localização das ilhas, em que Portugal e a Espanha estavam tão interessados.

Em Tidor carregaram as duas naus *Trindade* e *Vitória*, especiarias e certas raridades da terra, embarcaram alguns indígenas para serem mostrados em Espanha e, por fim, prepararam-se para largar. Á última hora verificou-se que a *Trindade* tinha água aberta e seria necessário descarregá-la, para reparar a avaria. Como a reparação era demorada acordaram em que a *Vitória* regressasse sósinha à Europa, pela derrota do Cabo da Boa Esperança, levando por capitão Sebastião del Cano; e, assim, a 21 de Dezembro de 1521 empreendeu este a viagem de regresso, trazendo a bordo 60 homens, dos quais treze eram indígenas da Oceania.

Tendo-se demorado ainda por algum tempo no Oriente, em visita a várias ilhas e navegando depois a demandar o

Cabo muito pelo Sul, para evitar o encontro de navios portugueses, só em Maio do ano seguinte o montaram e entraram no Atlântico. A 8 de Junho cortaram o Equador, e a 9 do mês imediato surgiram em S. Tiago de Cabo Verde, para meter frescos, do que iam muito necessitados, e alguns negros que os ajudassem a dar às bombas, porque vários marinheiros haviam falecido durante a travessia e dos sobreviventes muitos se encontravam doentes e sem forças para esgotar o navio, que fazia muita água. Foram porém mal sucedidos no seu empenho; as autoridades portuguesas apreenderam o batel que haviam mandado a terra e ameaçaram de fazer outro tanto à nau. Por êste motivo largaram sem terem obtido os recursos que esperavam e com a guarnição reduzida a 22 homens, entre doentes e sãos.

Depois de ter avistado as Canárias e os Açores, chegou, finalmente a *Vitória* a S. Lucar de Barrameda, aos 6 de Setembro de 1522, ao cabo de quási três anos de ausência. Dos 236 homens, que em 1519 haviam saído na armada de Fernando de Magalhães, só voltavam 19, e êstes em tal estado que, na frase de um historiador, pareciam espetros escapados do mundo dos mortos! Entre êles contavam-se, além de João Sebastião del Cano, o piloto Francisco Albo, autor dum notável *Diário* da expedição e o celebre Pigafeta, que mais tarde fez publicar uma narração da viagem, conhecida em todo o mundo civilizado e que foi traduzida em diferentes línguas.

Espinoza, o último capitão general da armada, menos afortunado que o seu camarada, não conseguiu voltar à Europa senão depois de ter perdido o seu navio e de ter sido feito prisioneiro, juntamente com a guarnição, pelos portugueses, no Oriente.

Carlos V apreciou devidamente o grande feito de Sebastião del Cano, conferindo-lhe mercês e distinções, entre elas o uso de brazão de armas, com a legenda PRIMUS ME CIRCUNDIDISTI.

No dia 4 de Agosto de 1526 êste insigne marinheiro encontrou a morte naqueles mares, que êle fôra um dos primeiros a atravessar, quando comandava—em substituição do comendador Fr. Garcia de Loaysa, morto também êle algum tempo antes—a segunda armada que passava o estreito de Magalhães, em demanda das Molucas.

*

*

*

Com o regresso à Europa de João Sebastião del Cano, da primeira viagem à volta do mundo, tomou novo e mais grave aspecto a questão das Molucas, sempre muito importante para nós, mas que desde que se descobrira novo caminho para o Oriente, afectava consideravelmente os nossos interesses económicos e coloniais. Procuramos, pois, resolver o assunto scientificamente e diplomaticamente e, para êsse fim, encontraram-se na fronteira, sôbre a ponte do Caya, delegados portugueses e espanhois, no número dos quais figurava Sebastião del Cano. Não foi, contudo, possível estabelecer acôrdo entre uns e outros; todos entendiam que as cobiçadas ilhas estavam dentro das respectivas demarcações. Os delegados portugueses afirmavam mesmo que, não só as Molucas estavam na esfera de acção de Portugal, como também as próprias Filipinas, acerto formidável para aqueles tempos, mas que é valioso título de gloriã para a sciência nacional.

O que a diplomacia e a cartografia não tinham conseguido liquidar, resolveu-se, finalmente, por acôrdo entre o imperador Carlos V e D. João III, de Portugal, acôrdo muito facilitado pelas boas relações pessoais e de parentesco que uniam os dois monarcas, e por virtude do qual o primeiro reconheceu o direito do segundo às ilhas Molucas, a troco de 350.000 ducados.

E, para terminar, recordaremos um episódio que mostra a lealdade de Sebastião del Cano para com o seu almirante. Conta-o o nosso Quintella, nos seguintes termos, referindo-se à revolta dos navios na baía de S. Julião: «Restava a *Conceição*, cujo Mestre João Sebastião de Elcano, honrado Biscainho, quando Magalhães lhe mandou por quem estava aquele navio? Respondeu entregando preso João de Carthagenã. Assim se restabeleceu o sossêgo e obediência em tôda a Esquadra.»

MATTA OLIVEIRA.

Sôbre organização do Serviço de Saúde em Campanha

Muito se tem escrito sôbre os ensinamentos da guerra, não faltando também as vozes prudentes a clamar, pondo em relevo os perigos das conclusões prematuras.

Erradas afirmações, são perigosas, quando feitas pelos Mestres: não correm meus escritos êsse perigo. Tão pouco tenho a pretensão de apresentar conclusões; nada mais que um simples modo de vêr. E é nestas condições que me atrevo a concorrer, com o meu grão de areia, para o grande edificio em construção.

Levará sem dúvida muitos anos a escolha dos materiais e será necessário um certo recuo no tempo, para obter uma visão mais segura e mais completa. As futuras gerações ultimarão o trabalho, e avaliarão das possíveis deformações, ou erros de visão, de que tenham sofrido os da geração presente, actores que foram na luta que descrevem.

Na grande guerra, os países em luta na frente ocidental, tinham, exceptuando a França, os seus serviços sanitários de campanha (1.^a linha) organizados segundo o tipo a três escalões, tipo alemão, que a própria França só abandonou em 1910. A guerra colheu-a ainda em plena reorganização; 13 Corpos de Exército e 8 Divisões de Cavalaria mobilizaram com formações do tipo novo, 10 Corpos de Exército e 2 Divisões de Cavalaria, com formações de tipo antigo, adaptadas ¹.

Nêste tipo a três escalões, o 1.^o é constituído pelo pessoal e material das unidades, o 2.^o e o 3.^o por formações sanitárias diferentes, quer em pessoal quer em material. Às formações empregadas no 2.^o escalão, atribui-se maior mobilidade, dispondo de material de transporte para feridos ou doentes. As

¹ — Troussaint — Une page de l'histoire du Service de Santé militaire — 1919 — Pag. 74.

empregadas no 3.º escalão, são formações desprovidas destes meios de transporte, de mobilidade mais reduzida e que na nomenclatura da maior parte dos países, tem já o nome de Hospitais. No nosso R. S. S. em Campanha de 1895 tinham estes escalões respectivamente os nomes de Ambulância e Hospital Móvel.

O regulamento francês de 1892 estabelecia uma organização semelhante, que foi profundamente modificada em 1910.

Nesta organização criou-se um *núcleo-técnico* do tipo único, ao qual para funcionamento se juntam, conforme as circunstâncias, elementos de transporte ou de hospitalização, agrupados em unidades independentes. O núcleo-técnico conservou o antigo nome de *Ambulância*, sendo dado ao núcleo constituído com o material de transporte de feridos, o nome de *Grupo de maqueiros*, e ao grupo constituído com o material de hospitalização, o nome de *Secção de Hospitalização*.

O nosso R. S. C. de 1904 estabeleceu as linhas gerais de organização do S. S. em campanha em moldes semelhantes aos adoptados em França no Regulamento de 1910. A 2.ª parte do R. S. C., *Instruções para o Serviço de Saúde* — publicadas em 1915, modificou esta organização; a 1.ª parte do Regulamento criou um serviço a dois escalões, a 2.ª parte um serviço a três escalões. Por este motivo não citei o nosso país ao lado da França, como fazendo excepção ao tipo de organização a três escalões, adoptado dum modo geral pelos outros beligerantes.

Na organização francesa associam-se ao núcleo técnico, conforme as necessidades, os elementos de transporte, ou os de hospitalização, constituindo-se assim formações, que correspondem ao 2.º e ao 3.º escalão das organizações dos outros exércitos.

Do que tenho podido lêr, sou levado a concluir, que quer durante á guerra, quer depois de feita a paz, nenhum dos beligerantes modificou de modo notavel as bases, as linhas fundamentais da sua organização.

Não quero de modo nenhum dizer com isto que não houve mudanças, quero sim dizer que as modificações feitas couberam dentro do plano geral. Assim a criação feita em França das ambulâncias cirúrgicas automóveis, e dos postos

avancados de cirurgia, não se pode dizer que modificassem a organização; foram elementos novos que se moveram nas linhas já traçadas.

Como pouco se tem dito sobre o assunto, não ficará talvez aqui deslocado, relatar a maneira como a nossa organização se adaptou à organização inglesa.

No exército inglês cada batalhão tinha um único médico e as ambulâncias tinham sempre uma secção avançada (advance dressing station).

Por proposta do C. S. S. do C. E. P., coronel médico Gomes Ribeiro, aprovada pelo C. S. S. (D. M. S.) ¹ do 1.º Exército britânico, exército de que fazia parte o corpo português, um dos médicos dos nossos batalhões guarnecia o posto de socorros e o outro a secção avançada da ambulância inglesa.

Os maqueiros das C. T. F. reforçavam o pessoal das unidades e guarneciam os postos de transportes (collecting posts). Estas colunas e as automóveis forneciam as viaturas necessárias.

As nossas ambulâncias ocupavam os locais da secção recuada das ambulâncias inglesas (main dressing station), mantendo-se sempre reunido o seu pessoal e material. Nas ambulâncias inglesas não se fazia cirurgia, sendo os doentes evacuados para o 3.º escalão.

No nosso sector houve sempre duas ambulâncias funcionando como ambulâncias cirúrgicas. Foi um ponto em que o funcionamento do S. S. português differiu do S. S. inglês.

Finalmente o 3.º escalão inglês (Casualty Clearing Station), foi feito pelos nossos hospitais de sangue, isto é, uma ambulância e uma coluna de hospitalização.

Quando o C. E. P. tomou conta do sector, estava já bem enraizada a guerra de trincheiras, e as C. C. S. ² já não eram as formações para 200 feridos ou doentes em macas, conforme o quadro de mobilização datado de outubro de 1916, mas verdadeiros hospitais onde, se havia feridos ou doentes em macas, havia também leitos commodos, dobrando-se e triplicando-se a lotação, ao mesmo tempo que as instalações melhoravam sob o ponto de vista da comodidade dos feridos.

¹ D. M. S., Director Medical Service.

² C. C. S. Casualty Clearing Station.

O material reduzido dos nossos H. S. era naturalmente insuficiente para instalações desta natureza, tendo sido largamente reforçado com os fornecimentos feitos pelo exército inglês, que distribuía às nossas formações os mesmos tipos e as mesmas quantidades, que às suas formações similares.

Dum modo geral o nosso S. S. ia ocupar os mesmos locais que ocupava o do exército inglês. As modificações que esses locais sofreram, creio que não foram de molde a deixar mal colocado o nome do nosso S. S. e como eu nada fiz, faço a referência sem temer que me lembrem o rifão — louvor em boca própria...

O nosso reabastecimento de medicamentos e material sanitário, bem como as nossas evacuações para a retaguarda (comboics), esteve sempre a cargo do exército inglês. Faltou-nos neste ponto a lição da experiência. O serviço era feito segundo os métodos e fórmulas do S. S. britânico, não tendo nós ocasião de verificar se neste ponto o nosso regulamento precisa de revisão, como me parece.

Foi segundo estas normas que o nosso S. S. funcionou até ao avanço alemão.

Os médicos ingleses pareciam, dum modo geral, terem como superior à nossa, a sua organização. Tinham como preferível a sua ambulância, dispondo dos carros automóveis e hipomóveis de transporte de feridos, à nossa organização em formações separadas dos elementos técnicos, dos elementos de transporte e dos de hospitalização.

Num livro sobre o S. S. de 1.^a linha publicado por dois médicos militares canadianos¹, há um capítulo em que estudam a colocação e funcionamento das três ambulâncias divisionárias em diversas hipóteses. As disposições que tomam para um combate ofensivo são as seguintes: uma ambulância na frente, dividida em duas secções, mas funcionando ambas como P. S. divisionários (A. D. S.); uma outra, um pouco mais atrás, serve de ponto de reunião de feridos ligeiros; a outra funciona propriamente como ambulância (M. D. S.). Para a execução de serviços, atribuem os AA à primeira ambulância, todos os maqueiros e todos os automóveis de transporte de feridos e à segunda todos os carros hipomóveis para o

¹—Mc Comb and Menzies—Medical service at the front—1918—pg. 92.

mesmo fim, que constituem a dotação das três formações. Fica a terceira ambulância reduzida, ao que tenho chamado núcleo técnico.

Esta maneira de resolver o problema, parece mostrar uma das vantagens da organização francesa, que tem, segundo penso, maior malabilidade. Estes médicos trabalharam com a organização inglesa, como era natural e mesmo eles dizem. A solução com esta organização parece-me um pouco forçada, enquanto na outra seria natural pensar em utilizar no lugar em que são necessários, os elementos precisos, divididos em núcleos independentes, pois diversas são as suas finalidades.

Esta guerra teve uma duração que parece não estava prevista, e levou em alguns países a mobilização, talvez ao máximo das possibilidades. Não são pontos sem importância para o S. S. Mas mostrou também a necessidade d'ele estar preparado para duas hipóteses diferentes, a guerra de trincheiras e a guerra de movimento.

Era nesta, segundo creio, que mais se pensava, e nessa orientação os regulamentos do S. S. ocupando-se dela largamente, tratavam em curto artigo das modalidades que o S. S. tomava nos corpos de sítio.

Fixadas as frentes, o S. S. fixou-se também, e perdeu em mobilidade o que os feridos na realidade ganharam em comodidade e maiores garantias de cura. As cousas foram-se aproximando, dentro de certos limites, do que se passa em tempo de paz. E não é para estranhar que aqueles que só nessa época o conheceram, suposessem que sempre assim fôra e seria, estranhando talvez encontrar semelhanças que não esperavam.

Tanto se acentuou esta tendência, que quando a guerra nos últimos meses retomou a feição de guerra de movimento, necessário foi fazer modificações, que fizeram regressar o S. S. à primeira forma.

Eu pensei que esta orientação hospitalar, permitia-se-me a expressão, do S. S., não podia ser tida como única e como satisfatória para todos os casos, quando comecei a lêr referências aos postos de cirurgia avançados, em que se fazia nas proximidades das linhas toda a grande cirurgia tida como necessária, mas que levavam semanas a instalar, contando com o zelo e boa vontade de todos.

Este regresso à primeira fôrma é assinalado pelo coronel Pellegrin ¹ quando diz — «Durante o último ano de guerra, o S. S. que com a preocupação de assegurar o mais cedo possível o tratamento dos feridos, tinha dado um desenvolvimento considerável aos serviços de cirurgia e de hospitalização da frente, teve que regressar a uma fórmula melhor adaptada à guerra de movimento» — e mais adiante aludindo a um facto concreto — «No decorrer da campanha de 1918, reconheceu-se que as divisões de Infantaria deslocando-se muito frequentemente em virtude das necessidades da luta, não utilizavam convenientemente a ambulância cirúrgica que lhe tinha prestado grandes serviços durante o período da estabilização. Passou-se esta ambulância para o escalão do Exército cujas necessidades eram então consideráveis».

Todas as estatísticas que tenho visto, mostram que na última guerra o agente vulnerante que determinou maior número de ferimentos foi o estilhaço, e não o projectil de pequeno calibre, como aconteceu nas outras guerras. As percentagens inverteram-se.

Este facto resultou sem dúvida da guerra de trincheiras e do uso de armas que actuando pelos estilhaços dos seus projecteis, não terão o mesmo largo emprêgo numa guerra de movimento. No que diz respeito à artilharia é, pelo que tenho ouvido, opinião corrente dos técnicos militares, que o seu emprêgo será mesmo em guerra de movimento, mais intensivo que nas guerras anteriores. Não será numa guerra de movimento tão grande como foi na última guerra, o número de feridas produzidas por estilhaços, mas é licito supôr que a sua percentagem será superior ás observadas até 1914-1918.

Um maior número de feridos por estilhaços, implica a necessidade de uma maior actividade cirúrgica da parte do S. S.

Estas feridas pela sua natureza e pelo maior perigo de complicações, pode-se dizer que carecem sempre duma intervenção cirúrgica de maior ou menor largueza.

A duração grande da última guerra; a estabilização das

¹ Colonel F. L. L. Pellegrin — La vie d'une armée pendant la grande guerre — 1921 — Pag. 291 e 298.

frentes; nalguns países a mobilização intensiva, levando a ocupar-se dos assuntos médico-militares, as mais diversas e valiosas competências, permitiu realizar trabalhos e estudos que noutras condições nunca teriam ocasião de ser efectuados.

Muitos destes trabalhos vieram dar uma base ainda mais sólida, à opinião já corrente sobre a necessidade do tratamento precoce dos feridos de guerra. O tratamento imediato sendo um ideal impossível de atingir, forçoso é admitir que um certo tempo passe desde que o militar é ferido, até que receba o tratamento definitivo. Em número variável de horas fixam os diversos autores esse período, fazendo-o os menos exigentes igual a doze horas.

De tudo que fica escrito, parece-me se pode concluir sem perigo de grande erro, que a organização do S. S. deve no futuro estar preparada para uma guerra de movimento e para uma guerra de trincheiras, e para intervir cirurgicamente, dentro dum espaço de tempo limitado, num maior número de casos que nas guerras anteriores.

A cirurgia militar sofreu as mesmas transformações que a cirurgia civil. Para garantir o tratamento eficaz dos feridos de guerra, necessita-se o mesmo material e o mesmo *meio cirúrgico*, que se encontram nos hospitais no tempo de paz. A educação técnica dos cirurgiões de hoje, é de modo a fazer com que eles sintam um grande peso na consciência, se a necessidade os obrigar a trabalhar em condições que não satisfaçam a determinados princípios científicos.

Parece-me inútil insistir sobre a impossibilidade material de organizar formações sanitárias, que sejam ao mesmo tempo móveis e dotadas de todo o material sanitário preciso, para o tratamento definitivo dos feridos. Teóricamente só o *comboio sanitário* pode resolver o problema; esta formação, quando perfeita, é um verdadeiro hospital sobre rodas. O mesmo se pode dizer das formações instaladas em barcas, deslocando-se em rios ou canais.

Parece-me inútil acentuar os motivos que fazem desta solução, uma solução de excepção, sobretudo no nosso país.

A ambulância cirúrgica automóvel é sem dúvida um grande melhoramento, mas não é a inteira solução do problema. Esta formação, é uma formação incompleta; verdadeira oficina cirúrgica, permita-se-nos a expressão. Tem como

pessoal os cirurgiões e os seus ajudantes, e como material, a sala de operações e os seus anexos. Não tem esta formação meios próprios para abrigo e tratamento ulterior dos seus operados. Pode começar a funcionar isoladamente, mas precisa que junto dela exista, ou se instale rapidamente uma formação que lhe receba os operados, formação que para satisfazer a êste fim tem que ser do tipo hospitalar e portanto de mobilidade reduzida.

O que constitui o grande impedimento duma formação sanitária não é o material cirúrgico propriamente dito, mas o material de hospitalização e o de abrigo, êste último indispensável na maioria dos casos.

Sob o ponto de vista técnico, a intervenção cirúrgica está longe de representar todo o tratamento. Eu penso que êste ponto se não deve perder de vista ao delinear uma organização; é vantajoso para os feridos garantir-lhe tanto quanto possível a continuidade na assistência.

Tenho naturalmente em vista os feridos graves. Se as circunstâncias obrigarem a evacuá-los precocemente, muito beneficiariam em ser acompanhados pelo grupo cirúrgico que os operou, pessoal que mantém na memória detalhes e minúcias, que não há tempo de lançar nos cartões de diagnóstico e seus apensos.

Uma formação sanitária completa, isto é, capaz de garantir o tratamento integral e o abrigo de feridos e doentes graves, durante o tempo necessário para os evacuar sem perigo, é necessariamente uma formação pouco movel. Com razão, traduzindo esta idéa, os regulamentos chamam hospital ao 3.º escalão do S. S. em campanha.

Não sendo cirurgião, longe de mim a idéa de me referir ao que a guerra ensinou neste campo. Permitam-me porêm os técnicos que me refira a dois pontos que reforçam afirmações que tenho feito. São êsses dois pontos: o método de Carrel e a sutura das feridas de guerra, método êste, que me parece chegou ao fim da guerra com um favor sempre crescente.

O método de Carrel pela sua técnica delicada, não pode ser aplicado senão em formações estaveis. Se numa guerra futura continuar a ser empregado, será como agora foi, um

tratamento hospitalar, não adaptável aos serviços da frente propriamente ditos.

A sutura das feridas tem como ponto de partida a excisão dos tecidos mortos ou de vitalidade comprometida das suas paredes e o afrontamento imediato, precoce, ou a distância, das superfícies cruentas mas sãs.

Ora tais intervenções não se podem realizar sem um meio cirúrgico adequado e representam um trabalho delicado, minucioso e portanto demorado.

Se a cirurgia militar precisa de todo o material da cirurgia civil, há um acessório volumoso que ela tem que utilizar ainda com maior frequência, que lhe é na maioria dos casos indispensável. Refiro-me à radiografia. Bastariam os corpos estranhos para a tornar um auxiliar preciso.

É tão íntima a ligação que o aparelho de raios X faz parte da ambulância cirúrgica automóvel.

Assim como mostrei que o número de feridos carecendo de intervenção cirúrgica aumentou, parece-me ter mostrado que a técnica a que a última guerra deu a preferência só é exequível em meios cirúrgicos perfeitos, em formações organizadas de modo a satisfazer todas as necessidades, mas cuja mobilidade será necessariamente muito reduzida.

O que até aqui tenho procurado acentuar como ensinamentos da última guerra, mostra que as dificuldades de execução do serviço de saúde saíram acrescidas e cada vez é mais difícil realizar uma organização, que tenha probabilidades de satisfazer a tantas necessidades.

Felizmente para que o esboço não seja só a tintas negras, vou agora referir-me à questão de transportes, que traz a meu vêr facilidades ao serviço de saúde, que embora previstas, só nesta guerra foram demonstradas. A utilização de linhas férreas e fluviais, mas sobretudo os transportes automóveis, vieram dar possibilidades novas, sem as quais em minha opinião o serviço se não poderia adaptar às novas indicações impostas pela técnica cirúrgica, pelos estudos sobre a infecção das feridas, do choque e pelo maior número de intervenções a realizar para a mesma percentagem de atingidos.

Os transportes automóveis não só oferecem aos feridos um transporte mais comodo que as viaturas hipomóveis, mas

têm um rendimento que nos permite ter a esperança de resolver o problema.

Quando esta parte da execução do S. S. se aborda duma forma sempre discutível, mas mais concreta, em problemas sobre a carta, vê-se que o número de horas necessárias para realizar os transportes em viaturas hipomóveis, mesmo em hipóteses não desfavoráveis, é na realidade desesperador. Se podemos fazer intervir os transportes automóveis, as soluções obtidas entram no domínio das cousas razoáveis. Em 1920 na Escola Central de Oficiais, tive ocasião de colher bem acentuadamente esta impressão.

Os regulamentos dos serviços de saúde ao tratar do funcionamento, admitiam em principio que as tropas iam avançando e que os escalões sanitários faziam o mesmo; assim o 3.º escalão substitua o 2.º, que libertado, acompanhava a progressão das tropas (V. art. 258.º do R. de 1895). Êste modo de proceder teria talvez como base a uniformização de principios e também a diminuição do número de feridos a evacuar.

As dificuldades técnicas e ainda administrativas, da substituição súbita e rápida de uma ambulância em trabalho (2.º escalão) por um hospital (3.º escalão) que avançava da retaguarda, é um dos argumentos, muito valioso a meu vêr, apresentado pelos que fizeram a propaganda da organização a dois escalões. Nesta organização a solução do problema era a seguinte: o núcleo técnico (ambulância) empenhado no combate, immobilizava-se recebendo da retaguarda elementos de hospitalização, sendo substituído junto das tropas que avançam por um novo núcleo técnico igual e disponível, mantido em situação conveniente à retaguarda.

O serviço intensivo dos automóveis de transporte de feridos, pode encontrar duas dificuldades: as barragens de artelharia e a viabilidade dos caminhos. Contra a primeira há uma solução única, esperar que as condições do combate se modifiquem; é impossível nestas condições manter um serviço regular de evacuações, o resultado seria o sacrifício dos feridos, dos condutores e do material. A questão de viabilidade dos caminhos depende de estudos das estações competentes encarregadas da preparação da guerra. Só elas podem indicar ao S. S. qual é o limite das possibilidades.

A existência sempre provável de más estradas levou na última guerra a manter o serviço hipomóvel e a utilizar dois tipos de viaturas automóveis: viaturas ligeiras e viaturas pesadas. Se tivéssemos a segurança de encontrar sempre boas estradas, seria o último tipo de viaturas o único a empregar, dado o seu maior rendimento.

A possibilidade de intensificar os transportes, de dar às evacuações um maior rendimento pela intervenção dos transportes automóveis, permite encarar o problema de um modo diferente. Podemos como principio admitir que o 3.º escalão se não destina a substituir o 2.º, a rende-lo no local que êle ocupa.

Um e outro estabelecem-se no local mais conveniente e na ocasião oportuna; o 2.º escalão evacua para o 3.º todos os feridos que carecem de tratamento mais completo e para outra formação separada os feridos tidos como ligeiros, mas incapazes de serem enviados às unidades a que pertencem.

Garantido um serviço rápido e intensivo de transportes, pode-se sem perigo empregar um 2.º escalão aligeirado, móvel, como que um prolongamento dos postos de socorros das unidades, em que a intervenção cirúrgica seja uma excepção, ficando como atribuição principal uma primeira classificação dos feridos e fixação de destino.

Competir-lhe-á ainda o tratamento dos feridos recebidos directamente da linha de fogo, e um complemento de cuidados, possível com a sua dotação, mais rica que a dos serviços regimentais.

Um serviço de transportes nas condições indicadas, não se obterá sempre; êste caso acautelaria eu pelo modo que indicarei.

Antes de apresentar os traços gerais de uma organização, que julgo tem em consideração as dificuldades que a realização do serviço apresenta, há ainda um ponto que me parece conveniente frisar. É corrente mesmo em trabalhos recentes sobre organização e funcionamento do S. S., vêr uns esquemas em que se atribui ao posto de socorros a cirurgia de extrema urgência, e à ambulância a cirurgia de urgência.

Êstes esquemas são a meu vêr defeituosos, levando a conclusões menos exactas quem não tem instrução médica e co-

nhecimento bastante do S. S. em campanha, para lhe dar a noção da possibilidade das realizações.

Se pusermos de parte a guerra de trincheiras, com os seus postos avançados de cirurgia, podemos dizer que a cirurgia do posto de socorros é nenhuma e que a da ambulância em pouco excede a do 1.º escalão. Casos cirúrgicos bem urgentes, feridos no crânio ou no abdomen por exemplo, só são tratados definitivamente em formações perfeitas, obedecendo ao que tenho chamado tipo hospitalar.

A urgência caracteriza-se na cirurgia civil e na militar do mesmo modo. Mas na guerra a ocasião em que o tratamento se pode fazer é condicionada por factores contra os quais nada pode a boa vontade do S. S., nem os evita, embora os atenui, a mais perfeita organização.

Pensando no que é a guerra não podemos estranhar as situações que ela cria ao S. S. em campanha cujos fins são: prevenir e reparar.

É materialmente impossível dar aos feridos de guerra dum modo imediato, tudo de que êles precisam e sobradamente merecem. Os nossos esforços devem convergir para nos aproximarmos dum ideal, que o meio não permitirá nunca atingir.

Durante a guerra o S. S. militar dispôs de grandes recursos, representando cifras enormes. Se tempos antes, alguém tivesse pedido as dotações necessárias para uma preparação conveniente, não seria atendido.

Foi a necessidade que impôs as realizações; foi depois da guerra começada -que se completou o que razoavelmente devia estar preparado, e se criaram elementos novos cuja necessidade se ia reconhecendo.

A preparação imperfeita do S. S. durante o tempo de paz, para as suas delicadas e múltiplas funções em campanha, torna-o sempre alvo, ao começar uma guerra, de censuras violentas. Estas censuras só serão justificadas quando o S. S. tiver responsabilidade nessa falta de preparação, pela não apresentação em tempo oportuno das propostas convenientes.

Findo êste preambulo que tão longo já vai, passo a referir-me à organização propriamente dita.

Está nesta altura a saltar-me nos bicos da pena a história

dum caso passado há anos no senado dum país estrangeiro. Um ilustre senador, para livrar o govêrno dum ataque da opposição, depois de falar durante três sessões, começou nestes termos o seu discurso na quarta sessão: E agora meus senhores, entremos no âmago da questão... A frase teve efeitos fulminantes: o auditório fugiu aterrado! Oxalá o mesmo não aconteça aos meus leitores.

Começo por declarar que me mantenho partidário da organização a dois escalões, não por teimosia, ou cristalização em idéas velhas (refiro-me a trabalhos que publiquei em 1903 e 1906), mas, por não ter visto argumentos que me levem a mudar de opinião.

Esta afirmação mostra a minha disposição a penitenciar-me se erro e anuncia desde já que não pretendo ter descoberto um novo elixir; proponho quando muito uma modificação à fórmula.

No que vou dizer tenho particularmente em vista a guerra de movimento.

Na guerra de trincheiras fez-se o mais que se pode fazer. Neste caso o terreno occupado torna-se uma fortificação permanente mais ou menos perfeita, occupada por uma guarnição variável. As formações sanitárias são mais uma pertença da fortificação, que das tropas que a guarnece.

No serviço regimental eu proporia duas modificações, uma no pessoal, outra no material.

No pessoal seria augmentado o número de maqueiros.

Este augmento não representaria um desfalque no efectivo combatente, visto que seria compensado por uma diminuição no número dos maqueiros da C. T. F.

Em lugar de admitir que estes maqueiros reforçam o serviço regimental, seria augmentado o número de maqueiros regimentais, conservando-se na C. T. F. apenas os necessários para evacuar os P. S. sobre os P. T., quando aqueles não forem accessíveis às viaturas.

Quando as viaturas hipomóveis e mesmo as automóveis poderem chegar até aos P. S., os maqueiros das C. T. F. avançariam indo auxiliar os maqueiros regimentais com as suas macas rodadas. Este material mostrou-se valioso durante a guerra: pode ser dado com largueza às C. T. F., sendo por difficuldades do transporte mais difficil de attribuir ao serviço regimental.

Cada batalhão dispõe actualmente dum carro sanitário puchado por uma parelha. Se fôr transportada pelos maqueiros e enfermeiros, uma parte da carga do carro, como macas, bolsas de maqueiro e enfermeiro, e cantis, é possível que o restante da lotação possa ser transportado como carga a dorso nos dois solipedes.

Não permitindo as circunstâncias intervenções cirúrgicas no posto de socorros, a carga actual dos carros pode ser modificada, tornando-se mais económica e fácil de transportar a dorso. Sem inconveniente, ao que me parece, pode-se suprimir a caixa de instrumentos cirúrgicos e o esterilizador reduzir-se a menores dimensões. A cirurgia do P. S. fica garantida com os instrumentos da bolsa de médico.

Um carro sanitário seria atribuído ao regimento, ou à brigada, conforme o modo como os batalhões forem agrupados. Constituiria uma primeira reserva de material para os batalhões, e permitiria a instalação de P. S. de regimento ou de brigada. Actualmente o regimento não tem material próprio, todo o material pertence aos batalhões; quando os regulamentos falam de P. S. regimental, é na verdade um posto montado com material dum batalhão.

O 2.º escalão teria como centro de actividade um núcleo técnico — a ambulância.

A ambulância recebe da frente, directamente nalguns casos, normalmente dos P. S., os feridos conduzidos nas viaturas hipomóveis e nas automóveis sempre que as estradas o permitam.

Esta formação deve ter cinco oficiais médicos e o pessoal auxiliar correspondente. No material podem eliminar-se dois dos três carros sanitários, sendo talvez necessário dar-lhe outra viatura para pensos e material, sobretudo macas.

É indispensável que em todos os escalões do S. S. da frente haja macas em abundância. É duma grande vantagem para os feridos torná-los proprietários da sua maca, até atingirem o local onde podem receber o tratamento definitivo. A diminuição de dias de hospitalização, compensa a despesa acrescida duma larga dotação de marcas. O número reduzido de macas obrigava a dar aos feridos aquele leito de — palha, feno ou ramagens — indicado nos antigos regulamentos,

Embora o assunto pareça secundário, tem uma tal impor-

tância prática, que não o devo deixar passar sem referência especial.

Para que seja realmente útil esta larga dotação de macas, é necessário que elas sejam do *mesmo tipo*. As formações da frente recebem tantas macas vazias, quantas entregam carregadas com feridos às formações à retaguarda, mantendo assim sempre completas as suas dotações.

Se o serviço de evacuação da ambulância funciona activa e regularmente, ela tem o papel que indiquei anteriormente quando falei da utilização dum 2.º escalão aligeirado. Uma vantagem da classificação que ali se faz dos feridos, é impedir que o escalão de tratamento seja invadido pelos casos ligeiros.

Cada divisão disporá de duas ambulâncias quando fizer parte de uma unidade superior (corpo de exército), onde existirão em reserva formações iguais e capazes de substituírem as ambulâncias divisionárias.

Os doentes e feridos de grande e média gravidade, serão evacuados da ambulância para a formação de tratamento propriamente dita, que seria no meu plano o Hospital de evacuação (H. E.).

Esta formação é regulamentarmente considerada como a formação mais avançada da 2.ª linha. Apesar do emprêgo que lhe proponho acho que assim deve continuar a ser considerada, para caracterizar a sua posição mais recuada.

Não entro em detalhes sobre o número e capacidade destas formações, porque isso depende dos efectivos e do modo como elles forem agrupados.

Nos H. E. o material de hospitalização e o material de abrigo (tendas) estará dividido em secções que se instalarão sucessiva, ou simultaneamente. Êste modo de organização facilitará os deslocamentos da formação. As secções de material terão estudado o transporte em comboio, camions e viaturas.

As ambulâncias cirúrgicas automóveis funcionarão junto dos H. E., ou avançarão seguidas por secções de material do H. E. (hospitalização e abrigo) de forma a instalarem um destacamento avançado da formação, reservado ao tratamento dos casos de maior urgência cirúrgica.

Na zona dos H. E. existirão ambulâncias e colunas de

hospitalização. As ambulâncias terão por fim substituir em certos casos as das divisões, tornando-se formações divisionárias, e o desempenho de muitas funções que não convenha atribuir ao H. E., tais como: isolamento, tratamento de feridos ligeiros, pequenos centros especializados, etc. Ser-lhe-ão atribuídas colunas de hospitalização e mesmo material especial, segundo os vários destinos que tiverem.

Os H. E. serão formações que garantam o meio cirúrgico cuja indispensabilidade tenho acentuado.

Êstes hospitais evacuam por sua vez os feridos e doentes para outras formações da zona de guerra ou do interior.

Supondo que o efectivo mobilizado constitui como na última guerra exércitos, compostos por corpos de exército e êstes por divisões, eu direi para caracterizar em princípio a zona de actividade dos chefes respectivos do S. S., que o C. S. S. D. dirige e regula o serviço desde a frente até às ambulâncias inclusive; o C. S. S. C. E. desde as ambulâncias até aos H. E. e formações anexas inclusive; o C. S. S. Ex.^o as restantes formações da zona de guerra e as ligações com o interior. As unidades superiores teem por missão auxiliar com os seus recursos as unidades inferiores. A divisão não tem reservas próprias quando enquadrada, é o corpo que a deve apoiar, reforçar e reabastecer.

O C. S. S. D. tem na frente um difficil papel, é preciso que não tenha que se preocupar com o que se passa à retaguarda do seu 2.^o escalão. Sempre que as perdas sejam intensas e as circunstâncias o permitam deve ser autorizado a usar entre a frente e as ambulâncias todos os seus recursos. A evacuação das ambulâncias será feita com material de transportes pertencente ao corpo de exército e ao exército.

Os feridos ligeiros serão dirigidos da ambulância para uma formação especialmente destinada a êste fim. Se os feridos ligeiros podem vir a pé da linha de fogo à ambulância, a sua evacuação ulterior deve ser em viaturas. As longas marchas tornarão em graves alguns feridos ligeiros, e só o transporte em viaturas os pode afastar rapidamente como convém, para a formação que lhe fôr atribuída, em geral pelos C. S. S. C. E.

Para que o serviço se possa executar nas condições que tenho indicado, julgo absolutamente indispensável um serviço

de transportes rápido e intenso que pode excepcionalmente ser garantido por linha férrea, normalmente por viaturas automóveis, não só as próprias ao S. S. mas ainda por camions temporariamente atribuídos ao S. S. e utilizáveis sem inconveniente para o transporte dos feridos ligeiros.

Creio que não serão raros os casos, basta que as estradas sejam poucas ou más, para que o serviço automóvel não possa ter um grande rendimento, factor que considero indispensável para um bom funcionamento do serviço nas condições que aponte. É para esta hipótese e outras que produzam os mesmos efeitos, que eu julgo se devem conservar as colunas de hospitalização que juntas em número variável, a uma, ou às duas ambulâncias divisionárias, permitirão estabelecer pequenos centros de hospitalização, conciliando as necessidades dos feridos com as deficiências do serviço de transportes. Para junto da ambulância divisionária poderá seguir a cirúrgica automóvel, ou conforme os casos, apenas um grupo de pessoal técnico especializado.

Quero frisar um detalhe que tem importância prática.

As ambulâncias que se imobilizam não devem mudar de nome; a mudança traz sob o ponto de vista administrativo grandes complicações, sem ter vantagens nenhuma sob o ponto de vista técnico. Os chefes de S. S. únicos interessados, não precisam mudar o nome duma formação para saberem se ela está disponível ou não, se está tratando feridos ou gazeados, contagiosos ou doentes de pele. Além disso em períodos de actividade, a hospitalização em ambulância só se deve efectuar forçada pelas circunstâncias. Mesmo juntando-lhe as colunas de hospitalização, as ambulâncias não ficam possuindo o meio apropriado a feridos e doentes graves, que devemos encontrar nos H. E.

Muitas vezes, como por exemplo no caso de vias de comunicação insuficientes, pode antecipadamente prevêr-se a necessidade de hospitalizar nas ambulâncias.

Nestas condições a unidade superior poria à disposição da Divisão antes do combate colunas de hospitalização, e ambulâncias se também parecesse necessário.

O reabastecimento de material sanitário deve ser assegurado por depósitos fixos, na zona do exército, e depósitos mó-

veis, na zona dos corpos de exército. As divisões podem ter, quando muito, pequenas reservas, mas nunca depósitos.

Só excepcionalmente se deve admitir, que as ambulâncias reabastecem as unidades com o seu próprio material. As ambulâncias, têm as suas necessidades próprias; os seus locais serão melhor conhecidos e mais acessíveis que os P. S., por isso parece-me razoável que junto da ambulância se faça o reabastecimento da Divisão, com material mandado dos depósitos em colunas de reabastecimento.

As viaturas destas colunas levarão para a retaguarda o material sanitário que careça de reparações. Se o material rodado do S. S., pode ser reparado nos parques de artilharia ou do serviço automóvel, o material técnico carece de oficinas especiais. A cutelaria, o material de raios X, o material de esterilização, justificam de sobra a existência destas oficinas especializadas.

Se para fixar idéas riscarmos num esquema o que tenho escrito, fere-nos a vista a existência dum ressalto, duma distância grande, entre as ambulâncias divisionárias e os H. E. É a meu vêr a única maneira de proporcionar aos feridos e doentes não ligeiros, uma formação com os recursos necessários para o tratamento completo.

O transporte automóvel permite que os doentes cheguem a esta formação um pouco recuada, dentro do número de horas que a grande maioria pode esperar sem perigo. Um tratamento completo, tecnicamente perfeito, é mais vantajoso que meios tratamentos mais precoces.

Os casos em que o serviço automóvel não possa ter o rendimento desejado, não serão excepção; é para esses casos que eu reservaria a hospitalização nas ambulâncias auxiliadas pelas colunas de hospitalização, o avanço da ambulância cirúrgica automóvel, de secções de material de abrigo e de hospitalização dos H. E. e o reforço das ambulâncias com grupos cirúrgicos, conforme as circunstâncias.

Os serviços de higiene tomaram uma grande importância em campanha. Não sendo propriamente serviços de combate, resolvi não os tratar, tanto mais que o presente artigo já ficou bastante extenso.

Saudação às Escolas Militares Italianas

Palavras ditas na Escola Militar, em 4 de Junho de 1922, pelo professor Tenente-coronel Mário de Campos, na sessão solene realizada para entrega de um bronze artístico oferecido pelos Granadeiros do Exército Italiano áquele estabelecimento de instrução.

Há quasi quatro anos se trocaram os ultimos tiros de uma guerra tão extraordinária que não é licito, ainda aos espiritos mais agudos, abarcar toda a imensidade das suas futuras conquências.

A hora é de festa, não é de retaliações. Neste momento eu só quero ver, do nosso lado, um dos mais admiraveis movimentos de confraternização militar e social que registam os anais da humanidade.

Aí nos batemos enfileirados numa formidavel legião — belgas, ingleses, portugueses, franceses, americanos, italianos, — para me referir só á grande Frente occidental.

Aí se fortaleceram laços de camaradagem que não mais se dissolverão, e que a consagração dos nossos Soldados Desconhecidos mais estreitou, tornando os aliados de ontem os nossos hospedes de distinção na hora da suprema homenagem.

Toda a nação vibrou num só frémito, quando a honrou a visita de alguns dos chefes mais eminentes dos exércitos aliados.

Hoje cumpre-nos, sobretudo, recordar a individualidade prestigiosissima do Generalissimo italiano Armando Diaz, Duque da Victória, que soube tornar-se uma figura popular na sua rápida passagem entre nós, graças a uma força de atracção pessoal, só comparada á preeminência das suas qualidades militares.

Não posso occultar, antes me apraz acentuar nitidamente, que a nacionalidade do ilustre homem de guerra entrou por muito nas simpatias que o aureolaram na sua estada neste

país. Todos nós sabemos quanto é grande a dívida da humanidade, e a nossa, à fulgurante civilização que, da Península Italiana, reverberou sobre o mundo.

A vitória do Ocidente foi maravilhosa, e, em quatro anos de luta, foi possível realizar ideais e fazer vingar reivindicações do alcance mais transcendente.

A vossa epopeia do *Risorgimento*, que é uma das mais belas páginas da história moderna, e empenhou as maiores energias e os maiores génios da vossa raça, só pôde encontrar o seu epílogo condigno na luta gigantesca do quadriénio 1914-1918.

Só então o passo do poeta máximo da Itália, e um dos génios mais potentes de que se gloriam os anais da poesia, teve a sua efectivação integral:

*Pola, presso del Quarnaro,
Che Italia chiude e i suoi termini bagna.*

Relembrando este brilhantíssimo resultado, e o que êle deve ao exército de que sois tão digno representante, eu levanto a minha voz como professor da primeira Escola militar do meu país em honra das Escolas militares italianas que tão bem souberam cumprir a sua missão, preparando a juventude para o excepcional papel que lhe marcou um inconfundível lugar na história, e fizeram dela o protótipo e o espelho de todas as grandes virtudes cívicas e patrióticas.

0 contra-ataque

Antes da guerra, os regulamentos distinguiam entre o *contra-ataque* e o *retorno ofensivo*, o primeiro antes que o inimigo chegue à posição defendida, o segundo executado após a chegada do inimigo a essa posição.

Os últimos regulamentos não mantêm esta classificação, contentando-se em distinguir:

a) Os *contra-ataques* imediatos, a desencadear automaticamente, sem intervenção do comando, por designadas uni-

dades, com missões precisas, no interior dos regimentos ou sob o comando dos comandantes da infantaria divisionária;

b) Os *contra-ataques mais importantes*, concebidos e preparados de ante-mão segundo as diversas eventualidades que podem produzir-se, mas que só devem desenvolver-se com acompanhamento da artilharia e com ordem do comando superior;

c) A *passagem da defensiva á ofensiva* pelo conjunto das tropas.

Vamos apenas fazer o estudo do *contra-ataque imediato* ou *contra-ataque local*.

Mas o problema do contra-ataque local é em grande parte condicionado pela natureza das disposições defensivas, que toma a infantaria no campo da batalha. Estas disposições defensivas constituem, com efeito, o meio no qual se desenvolve o contra-ataque local, meio a que se deve adaptar de uma maneira completa, se quer ter êxito.

Ora, a tactica defensiva da infantaria variou muito no decurso da guerra, e cada uma das suas variantes fez aparecer condições novas para a execução dos contra-ataques locais. É, pois, necessário resumi-las rapidamente.

Para isto, vamos examinar esta questão sob o triplo aspecto:

Do tiro directo da infantaria;

Do tiro do flanqueamento;

Da utilização dos pontos de apoio.

Indagaremos em seguida qual a influência que estas modificações do meio teem sôbre o papel e a execução do contra-ataque local, e qual será, actualmente, o estado da questão sôb êste último ponto de vista.

O fogo directo

Em 1914, a arma principal da infantaria era a espingarda. A metralhadora só era considerada como um ponto de apoio. Para obter uma barragem de fogos suficientemente densa, era necessário pôr muitas espingardas em linha, e essas espingardas tinham de ser postas sôbre a mesma linha. O fogo emanava, como outrora, duma formação linear delgada.

A nossa primeira concepção da guerra de trincheiras foi a realização prática desta teoria.

Postou-se em contacto com o inimigo uma primeira linha de fogos muito densa e cobriram-se os atiradores com uma trincheira.

Tudo foi bem até ao momento em que a artilharia inimiga se pôs em condições de derruir essa única trincheira. A partir desse momento, foi preciso procurar outra coisa. Criaram-se as linhas de fogos sucessivas, destinadas a ser defendidas sucessivamente. Entretanto o aperfeiçoamento ganho pelas armas automáticas permitiu descerrar os atiradores e, com um mesmo efectivo, guarnecer simultaneamente várias linhas com uma densidade de fogos suficiente.

Mas a artilharia continuava a aumentar os seus meios em fogos. Nos ataques, as trincheiras achavam-se submetidas a bombardeamentos de tal modo severos, que as metralhadoras aí se tornavam inúteis. Começou-se então a sair com as metralhadoras das trincheiras e a coloca-las em terreno livre.

Foi este um terceiro sistema: combinação de paralelas sucessivas e de metralhadoras isoladas estabelecidas entre as diferentes linhas.

Vem, em 1918, uma série de oscilações duma grande parte da frente, oscilações que obrigaram a retomar a ofensiva sobre posições novas.

Que ia fazer a infantaria?

Iria voltar ao sistema de 1914?

Não. A infantaria havia tomado confiança nas suas metralhadoras; havia-se habituado a escalona-las em profundidade e aí ver a essência do seu dispositivo de combate. Para a vida normal, queria as paralelas; mas para o combate contava principalmente com os seus escalonamentos de metralhadoras. Noutros termos — o seu dispositivo de combate tornou-se, pouco a pouco, independente das trincheiras. A trincheira suprimida, o dispositivo ficou.

Assim, após o estádio da guerra de trincheiras, em consequência, por um lado, do desenvolvimento da artilharia; por outro, do desenvolvimento das armas automáticas, a formação linear de 1914 tende a desaparecer — todas as vezes pelo menos que o terreno se preste — para dar lugar a uma formação celular, da qual a profundidade total pode atingir 500 a 1000 metros, profundidade habitual das posições de resistência na guerra de trincheiras.

Havemos dito: todas as vezes que o terreno se preste. O que caracteriza o novo sistema não é sómente a dispersão em profundidade dos meios de fogos, é também o facto de que todos êsses meios devem poder ser postos em acção simultaneamente e, por conseguinte, concorrer simultaneamente para a produção duma toalha de fôgos contínua na frente da zona que encerra o dispositivo.

Para isto ha necessidade dos campos de tiro extensos, que não se encontram em toda a parte. Onde o terreno não permitir a profundidade, será preciso, quer se queira quer não, aproximar dos dispositivos lineares.

O problema não será por nenhuma fórma resolvido, com efeito se, sôb pretexto de se escalonar em profundidade, se chega a tornar a toalha de fogos na frente de tal maneira fraca que não seja capaz de deter o inimigo. A profundidade não é um fim; é simplesmente um meio de se subtrair aos efeitos do fogo do assaltante. Êste meio seria sem valor se se tornasse incompatível com o fim essencial a que é destinado.

O flanqueamento

O grande inconveniente do tiro directo é que o atirador constitue o objectivo natural do assaltante. O assaltante começa, de facto, por cobrir de fogos os pontos que quer atacar, e o seu tiro cega ou põe fóra do combate os defensores.

Êste inconveniente apresenta-se no máximo na formação linear, em que a posição occupada pelos atiradores é facil de reparar. Dai, a idea de dar à linha um traçado quebrado ou bastionado e de colocar nestas quebradas meios de fogos de grande rendimento, mais faceis de proteger que os grupos de atiradores.

A idéa do flanqueamento, bem conhecida desde o principio da guerra, mas mais ou menos desprezada na prática, progrediu pouco a pouco até ao exagêro, e o regulamento de 1916, crêmos nós, sôbre o emprêgo das metralhadoras, estabelecia em princípio que todas as metralhadoras deviam ser colocadas em flanqueamento. Com o número crescente de metralhadoras, isto tornou-se bem complicado.

Enfim, se o órgão do flanqueamento desempenha perfeitamente o seu papel quando está fóra da frente atacada, tem

por sua vez o inconveniente de estar êle também em primeira linha, e o seu funcionamento é duvidoso quando se encontra englobado na zona do ataque.

Uma zona profunda é evidentemente muito mais difícil de cegar que uma linha. Assim, a disposição da infantaria em profundidade permite assegurar o benefício de fogos de escharpa sem obrigar à criação de órgãos de flanqueamento em primeira linha. O flanqueamento ali existe sempre, mas o processo perdeu da sua rigidez, e a toalha de fogos, em lugar de ser composta de trajectórias cruzando-se em ângulo recto, encontra-se formada por um quadrilátero irregular de linhas de tiro cobrindo de frente e de escharpa a zona a bater.

Bem entendido, a utilidade do flanqueamento — antigo sistema — existe onde, por consequência da fôrma do terreno ou por qualquer outra causa, a infantaria se encontra na obrigação de adoptar um dispositivo puramente linear.

Os pontos de apoio naturais

Em que fica, no novo sistêma, o valor do ponto de apoio natural?

O grande perigo duma linha sem profundidade, consiste em que se o inimigo faz cair um ponto, toda a linha corre o risco de perder-se. Cada trôço, tomado de flanco, é muito vulneravel para poder continuar a sua acção.

É então o defensor conduzido, se quer limitar os resultados dos sucessos parciais do inimigo, a procurar dividir esta linha em divisões independentes. O processo mais simples consiste em a ligar aos pontos de apoio naturais do terreno: pontos dominantes, povoações, bosques. Se a defesa destes pontos de apoio está organizada de maneira que possam resistir a um assalto, os resultados dum ataque inimigo feliz serão limitados à porção da linha situada entre dois pontos de apoio.

Êste inconveniente da linha subsistia no periodo linear da guerra de trincheiras, ainda agravado pelo facto de que o inimigo, que tinha penetrado numa paralela, se encontrava aí ao abrigo dos golpes partindo da paralela seguinte. Assim, a concepção do ponto de apoio artificial, aparece rapidamente como um paliativo necessário à rigidez da trincheira.

Êstes pontos de apoio foram de principio constituídos por várias obras; mas a fotografia aérea não tardou a revelar as suas posições, e foi preciso achar soluções menos visíveis. Seja como for, a idéa fica, por isso que, para a trincheira, a divisão impõe-se ainda mais rigorosamente do que para a linha descoberta, que é relativamente fácil de modificar no terreno. Quando substituímos a linha por uma zona semeada de metralhadoras, o ponto de apoio não aparece já com o mesmo character de necessidade.

A tomada duma metralhadora ou dum grupo de combate não tem já a mesma repercussão sôbre o conjunto, e cada parte do sistêma goza quási da mesma solidez que, até então, era reservada ao próprio ponto de apoio. Contudo, não parece que haja chegado a hora de abandonar a noção do centro de resistência. Muito pelo contrário, o aparecimento do carro de combate no campo de batalha fará acentuar a necessidade da divisão-estaque na zona de resistência.

Voltando ao ponto de apoio natural, as povoações e os bosques teem o inconveniente de limitar consideravelmente o alcance das armas da infantaria e de serem objectivos muito visíveis para os tiros da artilharia inimiga. Por isso não os compreendem, tão incondicionalmente como outrora, no tracado das linhas de resistência.

Tais nos parecem ser as três características das tendências para que se orienta actualmente a infantaria, sob a pressão do desenvolvimento dos meios de fogo da artilharia e da infantaria.

É em primeiro lugar a substituição da antiga linha de atiradores densa por uma formação composta de elementos de fogos possantes, espaçados e escalonados em profundidade, capazes duma acção comum, mas relativamente independentes e relativamente pouco solidários uns com os outros. É a finalização lógica da evolução começada ha um século e que substituiu progressivamente a antiga formação em três fileiras, primeiro pela formação em atiradores, depois pela dispersão actual.

É em seguida, todas as vezes que o terreno permita realizar esta dispersão, a transformação do antigo processo de flanqueamento e a diminuição da importância do ponto de apoio natural. Mas não deixa de haver aqui a parte ligada

entre os diferentes elementos dêste sistema, e se, por uma razão ou por outra, se é reconduzido a um dispositivo linear, a importância do flanqueamento perpendicular e do ponto de apoio natural reaparecem.

Assim, as duas últimas destas características são condicionadas pela primeira. *A tendência da infantaria para se escalar em profundidade, tal é, então, em última análise, a tendência actualmente dominante.*

A expressão, ainda empregada sem razão e contrariamente ao regulamento, «de linha principal de resistência», não corresponde então já á realidade dos factos. Não é em uma linha ou numa série de linhas sucessivas que temos que operar, mas sim numa *zona* bastante profunda, semeada de armas automáticas concorrendo para o mesmo fim, mas relativamente pouco solidárias umas com as outras.

O contra-ataque local

Não é possível que uma tal deformação do meio fique sem influência nas condições do emprêgo do contra-ataque local.

É isto que vamos verificar agora, comparando o fim e as condições dos contra-ataques locais nos três estados da evolução que vimos de encarar, a saber;

O periodo linear;

O periodo da guerra de trincheiras;

O periodo actual.

Em 1914, como vimos, a infantaria atacava e defendia-se em formações lineares delgadas. Bastava então que o inimigo penetrasse na linha em um ponto, quer dizer, sobre uma frente de pouca extensão, para fazer perigar toda a linha, porque tomava de flanco cada trôço até ao limite extremo do alcance das suas espingardas.

A crise só podia ser conjurada por um contra-ataque imediato. Por outro lado, se a frente conquistada pelo inimigo era pouco larga, os contra-ataques de fraco efectivo bastavam para restabelecer a situação, pois que o assaltante em formação linear, êle próprio, estava tão vulneravel como o defensor. Assim, o contra-ataque local impunha-se e podia dar grandes resultados. Era ao mesmo tempo necessário e proveitoso.

Para ter êxito, era forçoso que fosse imediato, porque o choque se propaga rapidamente ao longo duma linha a descoberto, e a brécha podia em alguns minutos tornar-se muito larga para restar um objectivo acessível a uma pequena unidade. Era indispensavel então o defensor operar rapidamente, senão corria o risco de se encontrar em presença dum inimigo demasiado forte e sofrer um cheque com perdas sensíveis.

Esta *instantaneidade* do contra-ataque constituia a sua principal dificuldade. Só podia ser realizado se houvesse sido previsto de ante-mão.

A preparação do movimento para a frente devia, como no ataque, ser feita pelo fogo. Esta preparação podia ser muito curta, porque o assaltante, obrigado a pôr-se em formação relativamente densa, estava extremamente vulneravel; mas não deixava de oferecer dificuldades, desde que se pretendesse fazer intervir a artilharia, porque a brecha visada pelo contra-ataque apresentava durante algum tempo uma mistura de tropas amigas e inimigas de natureza a prejudicar muito a precisão do tiro.

Enfim, o objectivo do contra-ataque local era, pela força das cousas, limitado à reocupação da brecha feita na primeira linha; porque, excedendo isoladamente êsse ponto para além, a tropa do contra-ataque encontrava-se isolada e caía no círculo de fogo do assaltante. Esta consequência, ainda que lógica, era difficilmente aceite na prática, e bem numerosos são os exemplos de tropas sacrificadas por se terem deixado arrastar além do seu objectivo racional.

Enfim, e é esta talvez a causa mais freqüente do cheque, o principal risco do contra-ataque é a instabilidade da situação, que pode modificar-se de um modo importante entre o momento em que o contra-ataque parte e aquele em que chega. Se, entretanto, o inimigo tem desenvolvido o seu successo, e se a nossa operação tem sido calculada estritamente sôbre a situação inicial, o nosso cheque é certo.

O contra-ataque local não pode então ser um acto isolado. É preciso que os seus flancos sejam sólidamente escorados; deve poder contar com a cooperação das tropas vizinhas, o que exige que o comando haja tomado as suas disposições para assegurar essa cooperação, e em particular para estabi-

lizar a situação durante o tempo necessário à preparação e à aproximação do contra-ataque. Não é demais insistir sobre esta consideração, porque o sucesso do contra-ataque não depende sómente da bravura e mesmo da habilidade com que é conduzido; é, em grande parte, função das condições gerais em que o contra-ataque se move.

Tais eram, em 1914, as condições do contra-ataque local. Tais serão ainda, no futuro, nos pontos do terreno que se queiram conservar a todo o preço e onde a infantaria haja devido adoptar, ou haja sido reconduzida a um dispositivo linear.

O contra-ataque local impôs-se também na primeira fase da guerra de trincheiras, onde o defensor estava ainda em sistema linear, e em linhas tanto mais rígidas quanto estavam incrustadas no solo. O inimigo que havia tomado pé na trincheira beneficiava da protecção desta e podia aí manter-se; a sua presença perturbava todo o sistema defensivo e era uma ameaça permanente de invasão para toda a linha; era preciso, pois, repeli-lo.

Além disso o contra-ataque era facilitado ao defensor pela presença das trincheiras de comunicação e das paralelas, que constituem outros tantos caminhos de aproximação e que, permitindo os ataques convergentes sobre as alas do inimigo tornavam possível retomar progressivamente o terreno perdido.

Enfim, era vantajoso que o contra-ataque fosse imediato; mas aqui, a palavra imediato não tem já o mesmo vulgar sentido. Era preciso não deixar ao inimigo tempo para se organizar; mas organizar-se, não quer dizer sómente apropriar a trincheira tomada; diz ainda e sobretudo — ligar a trincheira conquistada à base de partida. O «imediato» não era já uma questão de minutos; era uma questão de horas, por vezes de dias. As condições de execução do contra-ataque não variavam muito, enquanto se conseguisse conservar o inimigo isolado da sua base de partida.

A situação se apresenta de uma maneira diferente logo que se trate duma posição em que a infantaria esteja largamente escalonada em profundidade. A tomada pelo inimigo das posições avançadas do sistema não constitue uma brecha e por consequência, só parcialmente perturba o sistema de

defensa. Para que haja realmente perigo, será preciso que o inimigo faça saltar a posição em toda a sua profundidade. Assim, o contra-ataque não se impõe *automaticamente* na parte avançada do dispositivo.

Por outro lado, o resultado dos contra-ataques locais não tem já a mesma importância que antigamente. É que o assaltante, éle próprio, não está já em formação linear. Adoptou formações muito profundas e muito espessas. O dispositivo, pelo menos durante um certo tempo, não tem já nada duma linha. Os cheques que sofra localizaram-se automaticamente e não constituem já uma ameaça para o conjunto.

Enfim, ha uma outra dificuldade. Toda a zona de resistência é sulcada pelas trajectórias das armas automáticas dispostas na parte da retaguarda da posição. Será possível prevenir a tempo todos os interessados para fazer cessar o fogo na zona de marcha do contra-ataque e evitar que este receba os tiros dos dois partidos? Não o cremos. Pensamos, pelo contrário, que com semelhantes riscos, seria imprudente contar com um «elan» bem franco da tropa do contra-ataque.

Assim, *enquanto que o inimigo não faça saltar o dispositivo em toda a sua profundidade*, os contra-ataques de detalhe não apresentam já o mesmo character de urgência que antigamente, e deles se não pode esperar os mesmos resultados. Não serão então já, como no passado, um gesto automatico; devem tornar-se um acto excepcional.

Os inconvenientes que acabamos de assinalar deixarão de existir quando o inimigo esteja a ponto de atingir o limite da retaguarda da posição principal de resistência. Nesta zona, o contra-ataque torna-se teoricamente possível.

Podem apresentar-se, nesta zona, pontos dos quais a conservação ou a tomada se imponha a todo o preço.

Pertence ao comando fixa-los de ante-mão.

As condições de execução do contra-ataque tornar-se-hão então aquelas que indicamos para o combate linear. Em particular, não esquecer o que se disse relativamente à instabilidade da situação e sobre a necessidade de bem segurar os flancos da tropa de contra-ataque.

Dissemos que o contra-ataque era possível, mas não dissemos que seja indispensável. Com efeito, logo que o inimigo

faz uma brecha num dispositivo profundo, esta brecha só é perigosa se fôr longa; doutro modo, o inimigo não poderá manter-se aí, tomado como é pelos fogos cruzados das metralhadoras, que se conservam nos flancos. E se a brecha é larga, a situação só pode ser restabelecida por um contra-ataque de detalhe; é forçoso encarar uma operação diferente ou mais importante.

Quer isto dizer que numa posição de resistência, todos os efectivos devem estar postos em linha e que não tem lugar conservar as tropas disponíveis? Será ir demasiado longe.

Em primeiro lugar, o raciocínio que vimos de fazer só é verdadeiro no terreno que permita dilatar em profundidade o dispositivo da infantaria. Isto não é sempre possível. E depois, o comando, por razões particulares, pode impôr a conservação a todo o preço duma certa zona de terreno. Nestes dois casos, o jogo dos contra-ataques de detalhe se imporá e será submetido ás mesmas regras que no passado.

Mas, mesmo que não sejam empregadas em contra-ataque as tropas disponíveis podem ter um outro papel a desempenhar. Se, por hipótese, a defesa não pode conservar a frente que lhe foi indicada, deve pelo menos esforçar-se por manter *uma* frente. Ha muitas probabilidades do ataque não ter êxito igualmente por toda a parte ao mesmo tempo. Não se pode prever além disso, pelo menos com certeza, os pontos da nossa linha que cederão. Só o desenvolvimento do combate revelará êsses pontos. E' preciso aí reforçar a defesa para evitar que o inimigo explore, contra o resto da linha, o resultado obtido.

Especificadamente, a palavra reforçar não é exacta. O neologismo *colmatar* conviria melhor. O processo a empregar consistirá quâsi sempre, com efeito, em aumentar a profundidade da posição de resistência nas zonas em perigo, antes que aumentar a densidade de ocupação. Em suma, o fim a atingir, nêste processo do emprêgo das tropas disponíveis, será manter em primeiro lugar a continuidade e em seguida a profundidade da frente.

Conclusões

Em resumo, quando o defensor pôde apresentar ao inimigo, não um dispositivo linear, mas uma zona de resistência

profunda, o contra-ataque local tende a tornar-se um processo excepcional e que só tem probabilidades de êxito se o comando consegue estabilizar a situação para bem assegurar o enquadramento da tropa do contra-ataque. Fora dos pontos que é absolutamente indispensável guardar, onde basta deter o inimigo e manter uma frente contínua, onde as tropas imediatamente disponíveis são fracas, o que havemos chamado colmatagem aparece como um processo ao mesmo tempo mais seguro e mais eficaz que o contra-ataque.

Não deixa de ser verdadeiro que o problema do contra-ataque local se estabelecerá de tempos a tempos para a infantaria, e que esta o deve continuar a executar.

Basta, para ficar nas condições de verosimilhança da guerra actual, que as situações encaradas satisfaçam ás condições seguintes:

a) O contra-ataque visará a reocupação dum ponto de que a conservação tenha sido julgada indispensável pelo comando;

b) Será preparado e conduzido como um ataque ordinário, mas com a máxima rapidez;

c) O seu objectivo será *estritamente limitado* á zona em que se pode assegurar a superioridade do fogo;

d) Os seus flancos serão solidamente escorados, e todas as disposições serão tomadas, se isso tiver lugar, para que a largura da brecha *não aumente* durante a execução do contra-ataque.

TENENTE-CORONEL LEMOINE.

(Trad. de M. A.)

Carros de combate

IV

Organização durante a guerra

(Continuação da pag. 78)

B)—Alemanha

Neste país militarista fraco desenvolvimento teve a A. A. apesar de alguns carros haverem realizado verdadeiras proezas na campanha da Romania. O número total de carros foi

sempre muito reduzido. Os primeiros «Elfriede», — cinquenta, reuniram-se em Charleroi, no mês de Março de 1918. Hindenburg, ao vê-los, disse: Não servirão provavelmente para grande cousa, mas uma vez que estão feitos poderemos também emprega-los.»

Com esta opinião antecipada sobre os carros de combate, não admira que um tão fraco desenvolvimento a nova arma tivesse num país tão colossalmente militar.

O comando foi exercido por 1 coronel com o respectivo Estado Maior. Constituíram-se 5 secções, cada uma a 5 carros tipo «Elfriede» e 10 secções igualmente a 5 carros tipo inglês.

Em Berlim houve 1 companhia com o efectivo de 750 homens, destinada à instrucção e manobra dos carros, e um campo de experiências foi montado em Marienfeld.

O carro «Elfriede», armado com 1 canhão 58^{mm}, tiro rápido, e 6 metralhadoras, era equipado com 18 homens: 3 artelheiros, 10 metralhadores, 2 mecânicos, 1 sinaleiro e 1 condutor. O comandante era geralmente 1 capitão. Após as primeiras experiências do combate teve ligeiros aperfeiçoamentos.

250 aparelhos ligeiros, 7 T., armados com um canhão de 58 e equipados por 3 homens, com uma velocidade de 25 Klm à hora, estavam em fabrico, esperando-se que estivessem prontos em Setembro. Em Abril precedente havia-se começado a construção de um monstro pesando 110 ou 128 T., com 12^m50 de comprido, 3^m de altura e 3^m,30 de largo, que seria armado com 4 canhões de 77, provido de 20 postos de metralhadoras e dotado de 2 motores de 250 cavalos cada um. Além do comando deveria conduzir 28 homens de equipagem. Nada disto, porém, chegou a aparecer em campanha.

C) — Belgica

A Belgica organizou durante a guerra um corpo de carros de combate, que parece ter sido o mais completo de todos os organizados pelos beligerantes.

Acêrca do valor dêste corpo referia-se, em 1916, o importante jornal «Reichspost» nêstes termos:

«De todos os adversários das potências centrais, é o exército belga que possui a melhor organização de autos-blindados. O emprêgo eficaz dêstes carros, como meio de combate,

é, segundo a opinião dos nossos inimigos, realizado por virtude de não necessitarem êles do auxilio das outras armas: constituem uma unidade independente, que está sempre apta para executar operações militares em grande escala»

Efectivamente o corpo de carros belga estava organizado de maneira a entrar em acção com os seus proprios recursos, completamente independente das outras armas. Compunha-se de 10 carros de combate, 3 de officiais, 2 de munições, 1 de officina, 2 de bagagens, 1 de ambulância e 3 de socorro. Total 22 viaturas.

Faziam parte do corpo 100 ciclistas e 12 motociclistas.

A força total era de 200 homens escurpulosamente seleccionados. Os ciclistas eram recrutados entre os melhores corredores; para os autos escolhiam-se unicamente mecânicos; e para os canhões e metralhadoras separavam-se os serventes mais habéis das respectivas armas.

O corpo repartia-se em duas divisões de igual efectivo.

Os carros de combate eram armados com 2 canhões de tiro rápido de 4^{cm} e 1 metralhadora. Cada carro disfrutava de 2 condutores.

Desde 14 de Setembro de 1918, a França assegurara ao exército do rei Alberto o concurso dos carros ligeiros.

O autor do carro belga foi o major Collen.

D) — Estados Unidos

O exército dos Estados Unidos combateu unicamente com carros franceses. Com ligeiras modificações ao tipo Renault, de que lhe foram remetidos dous carros, começaram a fabrica-los e até mesmo a França lhes fez uma encomenda por sua conta. A guerra, porém, finalizou antes que chegasse um dos carros americanos,

Foi a Artelharia de Assalto francesa quem dispensou ao exército americano, além dos instrutores, os carros ligeiros com que se equiparam 2 batalhões de Tank's Corps U. S., e ainda, quando dos ataques de Saint-Mihiel e do Meuse, as unidades completas necessárias para reforçar aquela A. A. nascente.

A sua organização era esta:

1 general de brigada com o seu Estado Maior, comandante.

3 brigadas, cada uma com 3 batalhões de carros ligeiros, 1 batalhão de carros pesados e uma companhia de reparações.

O batalhão ligeiro ou pesado, compunha-se de 3 companhias a 23 carros cada uma.

A companhia era a 3 pelotões, com um núcleo de 8 carros para instrução e como reserva.

Os serviços compreendiam 3 centros de instrução e depósito de material. Cada centro tinha 3 companhias de instrução e 1 de reparações.

A companhia de reparações estava dotada com um grande número de viaturas de turismo destinadas a reconhecimentos e um bom número de tratores e camions.

E) — Inglaterra

Neste país a A. A., constituiu-se em 5 brigadas, sob o comando geral de um general de divisão, com o seu estado maior.

Cada brigada compreendia três batalhões, a 3 companhias de 3 secções, 1 companhia de transportes e 1 companhia de especialistas.

O batalhão ligeiro compunha-se de 48 carros.

O batalhão pesado tinha só 36 carros.

Todas as unidades estavam dotadas com viaturas de turismo destinadas a reconhecimentos a grande distância e um bom número de tratores e camions para as reparações, reabastecimento e para rebocar os carros imobilizados por deterioração nos combates ou em "panne".

Os serviços compreendiam uma secção de técnicos, um depósito de material, uma escola de mecânicos e condutores, uma escola de tiro e um serviço de gases.

F) — Russia

Os russos empregaram muito pouco os carros de assalto.

Ao tempo da defecção haviam encomendado 1000 carros aos Estados Unidos.

Tiveram á sua disposição por varias vezes o corpo de carros belga, que muito se distinguiu no decurso das opera-

ções, nas linhas de batalha da Galícia, segundo comunicação oficial do Estado Maior dêste exército.

V

Organização após a guerra

A) — França

Na última recomposição do Ministério da Guerra, figuram na Direcção da Artelharia as 2 sub-direcções correspondentes aos serviços gerais da *artelharia de assalto* e dos automóveis.

O projecto de reorganização do exército, substituindo a antiga lei de 13 de Março de 1875, compreendeu na infantaria 14 regimentos de carros de combate a 3 batalhões de 4 companhias e 1 batalhão de 3 companhias. Nas escolas de aplicação compreendeu uma de carros de combate. Deve esta lei estar em completa execução em 1 de outubro de 1923.

Em 1920 foi publicada a *Instrução provisória sobre o emprego dos Carros de Combate*, a que se seguiu em 1921 o *Regulamento de manobras dos carros ligeiros*.

A estes diplomas recorreremos para conhecer a organização dos carros de combate.

Os aparelhos considerados são:

A—Carros de ruptura, cujo estudo definitivo não estava ainda concluído.

B—Carros de acompanhamento:

1.º — *Carro ligeiro*.

2.º — *Carro marca V** (médio).

3.º — *Carro T. S. F.*

Os *carros ligeiros* agrupam-se em secções, companhias e batalhões.

A secção tem cinco carros (três carros-canhões de 37 e dois carros-metralhadoras), é a unidade elementar de combate, nunca deve ser fraccionada e tem uma frente normal de ataque de 200 metros.

A companhia compreende 3 secções, um carro de comando, um carro T. S. F. e um escalão de oito carros, dos quais três de reabastecimento e cinco de substituição. Total 25 carros sendo 15 de combate.

O batalhão é formado com 3 companhias, um escalão com cinco carros de manobra e reserva, três carros de reabastecimento, uma secção-oficina e uma secção de transporte. Dispõe de três carros T. S. F.

Um número incerto de batalhões, um elemento de reabastecimento e reparações, e um destacamento destinado ao transporte por via ordinária—formam um regimento de carros ligeiros de combate.

A artilharia de assalto divide-se em brigadas, cada uma das quais é constituída por um número variável de regimentos e um parque.

Em principio, uma companhia de carros ligeiros é destinada a um regimento de infantaria; um batalhão a uma divisão; um regimento a um corpo de exército. A regra é o emprêgo dos carros em massa e a essa regra tem que obedecer a distribuição dos carros.

Os *carros médios* (marca V*) agrupam-se em *secções*, *baterias*, *grupos* e *agrupamentos*.

A *bateria* de quatro carros (duas secções a dois carros) constitue a unidade de combate, que não deve nunca ser dividida.

O *grupo* é formado por três baterias e um escalão de três carros, dos quais um de reabastecimento e dois de substituição.

Três grupos de carros médios e um elemento de reabastecimento constituem um *agrupamento*.

Uma *brigada de carros* compreende um número variável de regimentos e de agrupamentos e um *parque*.

Os parques affectos ás brigadas asseguram o fornecimento ás unidades do material especial que lhes é necessario. Para êste efeito, quando uma brigada está em operações, o seu parque pode desdobrar-se em duas fracções: um *escalão-avanzado*, susceptível de se deslocar ao mesmo tempo que as tropas e de que o local do estacionamento é escolhido na proximidade immediata da zona de operações; e um *escalão da retaguarda* dotado de meios mais poderosos.

As diversas missões atribuidas aos carros de combate devem ser cumpridas quaisquer que sejam o revolvimento do terreno e a natureza das organizações inimigas. Um único modelo de carros não poderia satisfazer a essas múltiplas

condições. Deve-se, pois dispôr, além dos *carros de acompanhamento* da infantaria, de *carros de ruptura* susceptíveis de abrir o caminho em todos os terrenos, á infantaria e á artilharia, e capazes, além disso, de reduzir a resistência dos pontos de apoio fortemente organizados.

B) — Belgica ¹

Segundo a imprensa militar, a Belgica estava procedendo à organização de um corpo de carros de combate, constituido por um Estado Maior do corpo, 6 batalhões a 3 companhias de carros ligeiros; uma escola de carros de combate; e um batalhão de depósito e parque.

Êste corpo é dependente da infantaria, pelo que diz respeito ao pessoal e emprêgo tático, estando sob as ordens directas do inspector de infantaria e sendo considerado como fazendo parte da arma de infantaria.

C) — Espanha

Sabe-se que a Espanha tem empregado com êxito os carros de combate, em Marrocos. Desconhecemos, porém, que haja já assentado em qualquer organização.

Será para nós portugueses muito elucidativa, a acção do carro de combate pelos terrenos em que se tem desenrolado a campanha de Marrocos, pois deve tirar-nos dúvidas sôbre o seu emprêgo entre nós, afóra do Alentejo.

A propósito diremos que já houve quem pensasse, em Portugal, na adopção da nova arma pela Guarda Nacional Republicana. A sêr aceitavel essa adopção por aquela guarda, por maioria de razões o será pelo exército de campanha.

D) — Estados Unidos

Segundo disse no Cap. I, conforme o *Scientific American*,

¹ A organização alemã foi imposta pelo acordo entre as nações da "Entente". Não nos permite, pois, conhecer o valor que em definitivo se dá neste país aos carros de combate.

O major Pfeifer, encarregado oficialmente de redigir um projecto da parte «O Combate» do novo Regulamento tático de infantaria, mas que apresentou ao Ministro um projecto completo, assevera no seu trabalho que o emprêgo dos carros de combate diminuiu a importância da guerra de posição e tornou mais importante ainda a guerra de movimento.

o Estado Maior do Exército dos Estados Unidos, tendo anulado diversos contratos ao terminar a guerra, manteve contudo o relativo à construção dos *tanks* e tractores até se completar o necessário para um exército de 500.000 homens, o que foi determinado assim:

15	carros	de	3	T.
950	"	"	6	"
100	"	"	30	"

Muito particular atenção mereceram os novos engenhos de guerra e com a organização do exército em tempo de paz criaram-se 4 batalhões de carros de assalto (*Tanks Units*), a 3 companhias, compreendendo cada um 32 oficiais, 456 praças e 75 carros. A companhia é constituída por 1 capitão, 2 primeiros tenentes, 6 segundos tenentes, 19 sargentos, 31 cabos, 80 soldados e 2 cozinheiros; o material compõe-se de 24 carros ligeiros, 1 carro de sinais, 1 cozinha-rodada, 2 motocicletes, 32 auto-camions, 10 peças de 37^{mm} e 14 metralhadoras.

A cada corpo de exército, que têm 3 divisões, corresponde um batalhão de carros.

E) — Inglaterra

Não sabemos que a nossa fiel aliada haja fixado já qual a organização a dar à nova arma. É certo, porém, que ela figurará na organização do seu exército, a avaliar pelo recente regulamento de campanha, que se ocupa das propriedades características dos "tanks" e do seu emprêgo em ligação com a infantaria, declarando que será no regulamento táctico da própria arma que mais se pormenorizará o seu emprêgo.

Também o novo Regulamento táctico de cavalaria se ocupa, no seu capítulo XIII, do emprêgo dos "tanks" conjuntamente com esta arma.

F) — Polonia

Êste país fez compreender na organização do seu novo exército, que têm o efectivo de 18.000 oficiais e 260.000 praças, 3 batalhões de carros de combate.

G) — Suissa

Num artigo publicado pela *Revue Militaire Suisse*, de fevereiro de 1921, do coronel Ch. Sarasin, sobre a futura organização do exército federal, cita-se a opinião do Chefe do Estado Maior General acerca dos carros de combate, dada no seu projecto de reorganização do exército, aprovado pela Comissão de defesa nacional. Essa opinião está expressa nestes termos:

«Não pode pensar-se munir-nos de *carros de assalto*, cuja construção e sustento comportariam muito grandes despesas; ao contrário, as nossas tropas deverão sêr armadas contra os *tanks*; deverão sêr providas para êste efeito ou com pequenos canhões especiais ou com metralhadoras de grosso calibre».

A seu tempo veremos o valor que se deverá dar a esta opinião.

*

Vimos a traços largos a adopção feita pelas potências militares dos carros de combate. Importa-nos agora conhecer os principios de que deriva a organização a dar-se-lhes e o seu emprêgo tático. Mas temos por útil primeiro tomar conhecimento das principais características dos carros, para melhor apreender o seu emprêgo. Valemo-nos para isso dum trabalho muito completo do chefe de esquadrão da artilharia francesa, sr. Leidet, publicado em *La Revue d'Infanterie* de 1921, e também do próprio regulamento francês. De ambos êstes trabalhos colhemos o que principalmente nos interessa ao fim que alvejamos, certos de que os carros franceses pouco divergem dos criados nos outros países.

No capítulo seguinte nos desobrigamos do empenho exposto.

(*Continúa*).

MELLO E ATHAYDE

Ten. coronel

Obras oferecidas

Na penumbra da Grande Guerra. O suplício duma alma, por Mário de Campos, professor da Escola Militar de Lisboa. 1922. Imprensa Nacional (0.^m 225 × 0.^m 150), Lisboa. Uma *plquette* de 9 pag. e com a capa ilustrada. Edição do autor.

È esta mais uma publicação com que o ilustre professor vem

mostrar a sua fertilidade literária. Em poucas palavras o autor estabelece a genealogia da ex-duquesa do Luxemburgo, a princesa Maria Adelaide de Bragança. É curiosa a referência que faz relativa à versão romanesca dum rasgo de patriotismo e de valor varonil, que se atribue àquela princesa, quando teve lugar a invasão alemã do pequeno ducado.

Trás ainda à ténua da discussão o seguinte facto: «A ex-duquesa, recolhendo-se ao convento carmelita de Módena em 18 de setembro de 1920, seria suggestionada pelo exemplo de sua avó materna, a viúva do rei D. Miguel de Bragança, que também se enclausurára em 1897 no convento de Santa Cecilia, em Ryde, ou este acto será consequência do ambiente em que foi educada?»

Como vemos, é um pequenino, mas pungente drama, consequência desta guerra, que veio abalar o mundo material e moralmente.

C.

CRÓNICA MILITAR

Alemanha

O novo projecto de regulamento de exercicios da infantaria. — Um novo projecto de regulamento para os exercicios de infantaria foi apresentado pelo major Pfeifer ao ministro da *Reichswehr*, regulamento fundamentado na experiência da última guerra, e baseado na organização moderna do batalhão. O major Pfeifer ocupa-se da parte que diz respeito ao *combate*.

O batalhão é constituído por 3 companhias de infantaria e uma companhia de metralhadoras, tendo esta 3 secções de 2 metralhadoras ligeiras e mais uma bateria de 4 metralhadoras. Em regra, as 3 secções são distribuídas pelas 3 companhias do batalhão. A bateria de metralhadoras, assim como o comandante da companhia dependem directamente do comandante do batalhão.

A metralhadora pesada torna-se a arma de combate da infantaria ás grandes distâncias; a metralhadora ligeira é a arma empregada pela infantaria ás distâncias médias; a pistola-metralhadora, a espingarda e as granadas são as armas para o combate próximo.

Nestas circunstâncias são as metralhadoras as armas que primeiro entram em acção, devendo os grupos de combate só romper o fogo na preparação do assalto (a 300^m).

As metralhadoras pesadas preparam o avanço das metralhadoras ligeiras até estas poderem actuar eficazmente (a uns 400^m), devendo estas preceder os grupos de combate.

— O major Pfeifer, que fôra encarregado da parte — *o combate* —, apresentou porém um projecto completo de regulamento, que tem 212 páginas, e é acompanhado de uma *Memória* justificativa, que contém 255 páginas. É este um trabalho deveras interessante. Pfeifer estabelece como principio que antes de se instruírem as tropas na ofensiva, se deve primeiro instruí-las na defensiva, e que o regulamento deve exclusivamente ter em vista o combate, compreendendo só formações e manobras que facilitem e sejam indispensáveis à realização do combate.

Na *Memória* apresentada o major Pfeifer lembra que os exércitos da guerra da independência eram constituídos por tropas milicianas, mas com os belos quadros do velho exército de Frederico. Considera que a Alemanha, para uma futura guerra, terá de recorrer a um exército miliciano, devendo-se para isso preparar excelentes quadros e ministrar-se uma instrução despida do espirito da guerra de posição, em que são perigosamente exagerados os trabalhos de fortificação, prejudicando assim a nítida compreensão da guerra de movimento.

Diz êle que o ataque deve ser baseado no conhecimento dos meios e processos da defesa; e que a técnica evoluciona, e por isso os processos de-

fensivos tem de acompanhar paralelamente essa evolução. E' por isso que se deve começar pelo estudo da defensiva, pois se se começasse pela ofensiva, ficava-se atrasado sob o ponto de vista técnico, e portanto, sob o ponto de vista tático.

Diz ainda que o exército de milícias de 1813, assim como os regimentos de voluntários de 1914, e, em geral, todos os levantamentos em massa, vieram evidenciar que as tropas milicianas tem pouco valor ofensivo.

Também considera o tiro de *barragem móvel* da artilharia como um apoio imaginário dado à infantaria, devendo esta dispensar tal auxilio, mas para isso, deverá ser dotada de numerosas armas automáticas. A artilharia conservará a sua missão principal: bater a artilharia inimiga e dispersar as reservas. Foi assim que procedeu a artilharia francesa em 1918 nos combates em torno de Amiens, não empregando barragens, e concentrando o seu fogo sobre a artilharia alemã e sobre os apoios.

— *O combate defensivo.*— O major Pfeifer considerando primeiro a *defensiva*, toma como principio básico a *combinação do fogo com o movimento* (e o mesmo tem lugar na ofensiva).

A *defensa pelo fogo* obtém-se em uma ou mais posições. A *defensa móvel* obtém-se pelo *contra-ataque*.

— Toda a posição deve ser organizada em profundidade, tendo em vista as particularidades do terreno.

Uma posição organizada será constituída por uma série de trincheiras e escavações irregulares, mas devendo haver pelo menos, uma trincheira contínua.

A primeira posição, ou posição avançada, apresenta um aspecto diverso, conforme se trata da guerra de movimento, ou da guerra de posição. No primeiro caso, a primeira linha é constituída por uma série de escavações, que são ocupadas por uma linha de atiradores, dispostos com 10 passos de intervalo, e colocada a uns 1,000 metros à frente da *posição principal*. Esta linha avançada tem por fim proteger a posição principal contra os ataques por surpresa, desorganizar a ligação entre a infantaria e as armas de acompanhamento do assaltante, e anular os projectos do inimigo a distância.

Enquanto não se estabelece o contacto, ainda se pode destacar para esta linha avançada, ou mesmo à sua frente, metralhadoras pesadas em pontos donde tenham largo campo de tiro. Esta primeira linha resiste até ao último homem.

— Na *guerra de posição* esta primeira linha é organizada diferentemente por isso que a artilharia inimiga na preparação produz uma verdadeira destruição nessa linha. Em vez da linha de atiradores, ter-se-á de empregar centros de resistência, e a guarnição é mais fraca que no caso da guerra de movimento.

A missão da linha avançada neste caso varia conforme as intensões do comando: ou serão os postos-avançados de combate, ou os centros de resistência que terão por fim destruir as ligações entre a infantaria atacante e as suas armas de acompanhamento, ou ainda deverão destruir a ligação entre a infantaria e a artilharia, forçando esta a deslocar-se.

A posição principal deve ser organizada sobre uma posição natural do terreno, e ficar a uns 3 km., pelo menos, à retaguarda da primeira linha.

Frente de combate de uma D. I. na defensiva. Segundo o major Pfeifer, a frente de combate de uma D. I. na defensiva não deve exceder 3.500^m e 2.500^m na ofensiva, dependendo esta frente mais da quantidade de artilharia do que da de infantaria. Em regra, a divisão dispõe, na defensiva, os 3 regimentos contiguamente, e, em cada um destes, os batalhões são colocados à retaguarda uns dos outros.

O primeiro batalhão actua defensivamente pelo fogo; o 2.º batalhão é destinado aos contra-ataques, ficando sob as ordens do comandante do batalhão de 1.ª linha. A companhia de metralhadoras deste batalhão é repartida pelas escavações de resistência, sustentando o contra-ataque pelo fogo, mas não o acompanhando; o 3.º batalhão do regimento colocado a cerca de 5 km. da posição, intervém eventualmente no contra-ataque, devendo tomar o dispositivo próprio a uns 3 km. da 1.ª linha.

O comandante do regimento estabelece-se num P. O. donde veja o combate, para mais facilmente vêr o momento em que deve fazer intervir a reserva. O emprêgo dos carros de assalto diminuiu a importância da guerra de posição, tornando-se mais importante a guerra de movimento.

—*O combate ofensivo.*—No combate ofensivo a infantaria tem de ser apoiada pela artilharia, e o dispositivo do ataque é subordinado ao terreno, devendo-se sempre ter em vista as três seguintes questões:

1.^a—A maneira de produzir o esforço, ou repartição das forças;

2.^a A maneira de proteger o ataque pelo fogo;

3.^a A progressão das armas auxiliares.

Repartição das forças.—Estas devem ser repartidas de maneira que, quando se tenha de atacar uma posição elevada, o esforço principal se realize pelos vales, mascarando a posição por um ataque de frente de pouca intensidade. Da mesma maneira se procederá em relação a povoações e a bosques.

Para conservar a *continuidade no ataque* é preciso dispôr as forças em profundidade devendo-se evitar reforçar as primeiras linhas de assalto, pois de contrário, aumentar-se-á as perdas, sem aumentar o poder ofensivo.

Protecção do ataque pelo fogo.—Esta protecção é dada pelo fogo das armas auxiliares, que assim facilitam o avanço da infantaria.

Progressão das armas auxiliares.—As peças de acompanhamento, as minenwerfer e as metralhadoras pesadas devem procurar dominar o fogo do inimigo para assim permitir o avanço da infantaria com o mínimo de perdas. E essa protecção deve ser continua para o que as armas auxiliares se devem deslocar para a frente por escalões, sendo o escalão que avança protegido pelo fogo do escalão que fica na posição.

—*Frentes de ataque na ofensiva.*—Uma D. I. tem em média como frente de ataque 2,500^m; um regimento 1,200^m; um batalhão 600 a 700^m. Na guerra de movimento empregar-se-ão 2 regimentos em 1.^a linha e 1 em reserva. Os batalhões de 1.^a linha colocam 2 companhias em 1.^a linha, ficando a outra em reserva.

—As metralhadoras avançadas progridem por lanços, protegendo com os seus tiros de neutralização a infantaria que se dirige ao assalto. As minenwerfers, colocadas à altura das companhias de apoio de 1.^a linha, e sob as ordens dos comandantes destas companhias, devem procurar destruir os centros de resistência que se apresentem.

As peças de acompanhamento e a bateria de metralhadoras do batalhão conservam-se à altura das reservas dos batalhões de 1.^a linha, sob as ordens dos comandantes destes batalhões. As peças de acompanhamento devem apoiar a acção das minenwerfers.

—As companhias de infantaria avançadas devem guardar entre os pelotões intervalos de 150 a 200^m, de modo a permitir que as metralhadoras pesadas possam executar o fogo por esses intervalos.

A infantaria avança também por escalões, que se alternam no movimento, apoiando-se mutuamente pelo fogo. Os grupos mais avançados da primeira linha desenvolvem-se em atiradores, enquanto que os grupos que seguem à retaguarda formam pequenas colunas. Cada pelotão de 1.^a linha faz-se preceder por 2 esclarecedores, tirados dos serventes de reserva do 2.^o grupo de metralhadoras ligeiras. Estes esclarecedores tem por fim reconhecer o terreno e provocar o fogo do inimigo para este se denunciar.

Os pelotões de apoio das companhias de 1.^a linha seguem a 200 ou 300^m.

As companhias de 2.^a linha conservam, tanto quanto possível, os seus pelotões em colunas de grupo ou em linha de pelotões, à distância de 100 passos.

—*O assalto.*—Os grupos de combate avançam por lanços executados irregularmente, aproximando-se até 30 ou 50^m da zona a assaltar, e realizando o ataque de uma maneira continua e persistente, pois a posição inimiga, deixou de ser uma linha, para ser uma zona de resistência.

Os centros de resistência não são atacados sem um prévio reconhecimento, não se executando o ataque à baioneta sem se ter dominado a resistência pelo fogo.

Aos apoios incumbe realizar o ataque de flanco, produzindo o envolvimento dos pontos de resistência.

— Quando o ataque é detido, sendo de prevêr um contra-ataque, é preciso organizar em profundidade o terreno conquistado, devendo-se colocar em 1.^a linha as metralhadoras ligeiras, e mesmo algumas metralhadoras pesadas, dispondo-se as restantes em profundidade, formando um 2.^o ou 3.^o escalão.

— *As ligações e transmissões.* — O major Pfeifer considera de uma grande importância a questão das *ligações* e das *transmissões*, pois sem elas não é hoje possível realizar-se qualquer operação ofensiva ou defensiva.

— Na companhia deve haver um oficial que, durante o combate, se conserve no E. M. do batalhão, como oficial observador. Os 16 músicos formam 2 grupos de sinaleiros: um grupo de 8 junto do comandante de companhia e 2 junto de cada comandante de pelotão e do oficial observador.

Cada batalhão de 1.^a linha liga-se com os batalhões contíguos por meio de um oficial de ligação com um certo número de sinaleiros. O E. M. do batalhão tem permanentemente 4 sinaleiros à sua disposição.

Durante o combate cada companhia envia 6 sinaleiros para o E. M. do batalhão, dos quais 4 voltam pouco depois para as suas companhias, passando a ser estafetas-corredores entre o E. M. do batalhão e as companhias.

O cabo de tambores de batalhão inscreve num caderno o nome e a hora de partida e de chegada dos corredores.

— Na noite seguinte ao combate os comandantes de companhia restabelecem as ligações, devendo percorrer a frente das suas companhias, ou na sua falta, os comandantes de pelotão a frente dos seus pelotões e dos pelotões contíguos. O oficial adjunto e os comandantes das companhias de metralhadoras e de lança-bombas reconhecem o sector do batalhão e a posição das suas peças.

Todas as noites os 1.^{os} sargentos vão expôr verbalmente a situação das suas companhias ao adjunto do major.

— O comandante de regimento e o chefe do grupo de artilharia que actua no sector do regimento devem ter os seus P. C. juntos, ou muito próximos; e durante o combate o comandante de regimento deve estar no P. O. do comandante da artilharia.

Como as transmissões entre a artilharia e a infantaria (e vice-versa) são as mais importantes, devem procurar-se manter com todo o cuidado. Para que um ataque tenha probabilidades de êxito, é indispensável manter as ligações entre as unidades atacantes e as unidades auxiliares (grupos de combate, metralhadoras ligeiras, lança-bombas, metralhadoras pesadas).

— O comandante de batalhão comanda, além das suas companhias, as peças de acompanhamento e as outras armas auxiliares que não pôs à disposição das companhias.

— O major Pfeifer liga a maior importância à instrução das tropas para o combate, instrução que se não pode ministrar nos quartéis, mas que terá de ser dada em *campos de instrução*, onde haja representado tudo que se encontra num campo de batalha após a preparação pela artilharia: trincheiras desmanteladas, escavações produzidas pelas granadas, árvores cortadas, lanços de muro derruídos, etc.

Os soldados devem receber uma instrução cuidada na determinação dos objectivos e avaliação das distâncias; no aproveitamento de todos os accidentes de terreno como abrigo e utilização para o fogo.

Toda a instrução que não tem por base as realidades do campo de batalha é inútil; e, tropas sem instrução, são votadas à destruição, aos pánicos e à debandada.

As marchas de noite devem também merecer uma especial atenção, pois hoje estas marchas serão constantes, devendo ser efectuadas com ordem, em silêncio, sem ruído do equipamento e mantendo-se as ligações entre as columnas e entre os diversos elementos de cada uma destas.

— Tratando do emprêgo das diversas armas auxiliares, o mesmo oficial faz diversas considerações a êsse respeito: Para as *peças de acompanha-*

mento o tiro eficaz é fixado em 1.200 a 1.800 metros, e por isso o seu lugar deve ser à altura dos apoios dos batalhões de 1.^a linha, ficando sob as ordens dos comandantes destes batalhões; o tiro de eficacia das *lança-bombas* é a 900 a 1000 metros, devendo poder atirar até 300^m à retaguarda da 1.^a linha inimiga, e por isso devem ser colocadas à altura dos apoios das companhias de 1.^a linha, ficando sob as ordens dos comandantes destas companhias, e devendo manter-se em ligação com as metralhadoras. Estas, pelo seu tiro tenso, neutralizam as resistências; e as *lança-bombas*, pelo seu tiro curvo, destroem-nas.

A bateria de metralhadoras pesadas, na ofensiva, constitui uma reserva de fogo, à disposição do comandante de batalhão, que a empregará no ponto em que queira actuar com maior esforço.

Entretanto pode realizar o tiro indirecto sobre as comunicações do inimigo.

—Como acabamos de vêr, é muito interessante o novo regulamento alemão, e, na parte que diz respeito ao combate, o major Pfeifer aproveitou-se proficientemente do que viu e aprendeu na última guerra.

Composição de uma bateria de artilharia de campanha em pé de guerra

—Segundo o novo regulamento para a instrução das tropas de artilharia de campanha, a bateria tem no pé de guerra:

1) — *Bateria de combate*, constituída por:

a) Pelotão de reconhecimento, compreendendo: 1 oficial observador; 2 homens montados, levando um goniometro; 2 telefonistas montados; 4 guias de ligação.

b) A esquadra de transmissões, compreendendo: 1 viatura-observatório e 1 viatura telefónica ligeira.

c) A linha de peças, compreendendo: 4 peças e 1 guia de ligação.

d) O 1.^o escalão de munições com 4 carros e 1 guia de ligação.

e) O 2.^o escalão de munições, tendo identica composição ao 1.^o escalão.

f) O trem de combate, tendo 1 carro de bateria, 1 cozinha de campanha e 1 cavalo de reserva.

2) — O *escalão de viveres*, compreendendo 2 carros de forragens e 1 carro de viveres.

3) — O *escalão de bagagens*, compreendendo: o 2.^o carro de bateria, 2 carros de bagagens, 1 forja, 1 carro de ferramentas e 1 viatura suplementar.

Composição de uma companhia de infantaria. — A companhia de infantaria é dividida em 3 pelotões. O 1.^o tem: 2 grupos de fuzileiros, 2 grupos de metralhadoras ligeiras e 1 grupo de transmissão.

Os 2.^o e 3.^o pelotões tem cada um: 3 grupos de fuzileiros e 2 grupos de metralhadoras ligeiras.

Cada grupo compreende 1 sargento e 8 soldados.

O grupo de transmissão tem mais outro sargento.

Os 3 pelotões são comandados por 2 tenentes e 1 oberfeldwebel. Cada pelotão tem ainda 1 feldwebel.

—As 3 viaturas de combate (1 por pelotão) seguem imediatamente a companhia. As cozinhas rodadas de companhia vão na retaguarda dos batalhões respectivos, ou mesmo na retaguarda do regimento; o carro de bagagens e o carro de viveres vão na cauda do regimento.

Composição de uma companhia de metralhadoras. — Esta unidade é constituída por: 1 E. M.; 3 secções de metralhadoras; 1 secção de metralhadoras de acompanhamento. O E. M., compreende: o comandante da companhia e o pessoal de transmissão. A secção compreende 3 peças (cofres a 2 cavalos). A secção de acompanhamento é constituída por um pessoal escolhido e constitue uma reserva á disposição do comandante do batalhão ou do regimento. O pessoal todo vai montado, em cavalos ou em carros.

Composição de uma companhia de minenwerfer. — Esta unidade é divi-

dida em: 1 secção de observação; 3 secções de minenwerfer ligeiras a 3 peças; 1 secção de minenwerfer médias a 3 peças. A secção de observação compreende um grupo de transmissão e um grupo de referenciação, dispondo de um carro-observatório.

Perdas da aviação alemã durante a guerra.—1.º Nos combates aéreos:

Mortos.....	863	oficiais	568	praças
Feridos.....	1.018	»	658	»
2.º Abatidos pelo inimigo:				
Mortos.....	150	»	81	»
Feridos.....	364	»	251	»
3.º Por bombas de avião:				
Mortos.....	20	»	116	»
Feridos.....	41	»	298	»
4.º Por desastres:				
Mortos.....	732	»	976	»
Feridos.....	1.097	»	1.396	»
5.º Desaparecidos.....	1.364	»	1.387	»
6.º Mortos por doença.....	23	»	137	»
Total.....	5.672	»	5.868	»
11.540				

Perdas no interior do país:

Mortos.....	609	»	1.678	»
Feridos.....	612	»	1.615	»
Total.....	1.221	»	3.293	»
4.514				

Belgica

Congresso internacional de medicina e farmácia militar.—A 20 de fevereiro reuniu-se em Bruxelas novamente um congresso internacional de medicina e farmácia, que fôra convocado pelos ministros da Defesa Nacional e dos Negocios Estrangeiros da Belgica. Presidiu ao congresso o dr. Wibin, inspector geral do exército belga, tendo como vogais o médico principal de 1.ª classe Uzac (França), o major médico Baumberghen (Espanha), o coronel médico Mauri (Italia), o tenente-coronel farmaceutico Thomann (Suiça), o major médico W. Seamann Bainbridge (Estados-Unidos), o major médico Stirling (Inglaterra) e o médico Voncken (Belgica), que é o secretário permanente.

Na primavera de 1923 deve reunir-se o congresso em Roma. Mais uma vez não vemos figurar nenhum médico representando o exército português.

As questões tratadas neste congresso foram:

1.ª *Evacuações sanitárias.* Principios gerais das evacuações sanitárias dos exércitos em campanha. Organização das evacuações; exigências irreductíveis das necessidades terapeuticas. Adaptação da terapeutica médica e cirúrgica às diversas condições, que resultam da necessidade de proceder às evacuações.

2.ª *Colaboração das autoridades civis e militares em matéria de hygiene social, de educação fisica e de profilaxia.* Estatistica demografica das doenças sociais: tuberculose, doenças venereas, alcoolismo, taras mentais, acção profiláctica convencional e vacinações.

3.ª *Estudo critico dos processos de desinfecção e de desinsecção em tempo de paz e em tempo de guerra.*

- 4.^a Tratamento dos ferimentos toracico-pulmonares e de suas seqüências.
5.^a (Questão farmacêutica)—Os laboratórios de química nos exércitos; o seu papel; os seus metodos.

Espanha

O novo uniforme militar.—Em abril de 1920 tinha sido publicado um novo plano de uniformes, mas que fôra suspenso pouco depois, em junho do mesmo ano. Agora, porém, foi publicado um novo decreto, alterando o actual plano de uniformes. O uniforme é de kaki esverdeado e é destinado ao serviço ordinário de guarnição e aos exercicios e manobras. Continua, porém, a usar-se o actual uniforme de grande gala, podendo ainda usar-se o fato de pano em passeio, ou em cerimónias particulares.

A espada só é usada nas apresentações e em serviço com tropas. Com o uniforme de kaki usa-se a luva côr de avelã e com o uniforme de gala e passeio a luva branca.

Ainda que conservando a mesma côr, a tela do uniforme varia de consistência, sendo mais encorpada no inverno que no verão.

—Os distintivos dos diversos postos hierarquicos conservaram-se os mesmos.

Conservam o actual uniforme o corpo de alabardeiros, o corpo aeronáutico, a policia indigena, o terço dos estrangeiros, a guarda civil e os carabineiros.

As diferentes armas e corpos usam na gola os respectivos emblemas da arma ou serviço, tendo pela parte de cima o número da unidade. Os regimentos de artilharia ligeira usam ainda como distintivo um *L*; os de artilharia pesada um *P*, e os de montanha um *M*. Os regimentos de caminhos de ferro, de sapadores, de telegrafistas e de pontoneiros, usam ainda como distintivo respectivamente as letras *F, Z, T* e *P*.

Com a calça usam-se botas côr de avelã e com o calção polainas da mesma côr. A's tropas montadas é permitido o uso de botas de montar, em vez de polainas.

O capote é de pano também da côr do kaki esverdeado. Continúa a usar-se o impermeável azul escuro.

—É concedido um praso de 2 anos para se poder usar os actuais uniformes de campanha e serviço diário; mas todo o oficial que tiver de fazer novo uniforme, terá de se subordinar ao que fica regulamentado.

Estados Unidos

A espingarda-automática Thompson.—O sistema de obturação Blish, aplicado á espingarda e á metralhadora Thompson, permitiu obter um novo sistema de armamento, de que a infantaria deverá tirar um grande rendimento numa futura guerra.

As principais características da espingarda automática Thompson, além do emprêgo da obturação Blish, são: a lubrificação automática do mecanismo e a regular extracção da caixa do cartucho.

A espingarda Thompson tem 86 peças em vez das 95, que tinha a espingarda Springfield m/1903. O carregador pode ser de 10 ou de 20 cartuchos. A arma permite o tiro simples e o tiro de repetição, que dá uma velocidade de 60 tiros por minuto.

—A espingarda automática tem porém um mecanismo complicado, sendo preciso conhecer bem a arma para se tirar dela todo o rendimento, e dá lugar também a um grande consumo de munições. Contudo tem vantagens que a tornam recomendavel: o atirador, não tendo de carregar a arma após cada tiro e sofrendo um recuo atenuado, fatiga-se e enerva-se menos; depois de cada tiro, o atirador restabelece a linha de mira muito facilmente; a rapidez do tiro permite lançar um grande número de projecteis sobre objectivos fugitivos; e a velocidade do tiro pode iludir o inimigo sobre o número de forças executando o tiro.

As perdas americanas das diferentes armas e serviços na guerra mundial.—Segundo uma publicação com caracter semi-official, as perdas sofridas na guerra mundial, em relação aos efectivos de novembro de 1918, foram os seguintes:

	Officiais	Praças
Infantaria.....	507 ‰	847 ‰
Batalhões de metralhadoras.....	311 »	280 »
Tropas dos gases.....	91 »	133 »
Corpos de tanks.....	88 »	41 »
Artelharia de campanha.....	84 »	56 »
Aeronáutica.....	80 »	1 »
Engenharia.....	55 »	41 »
Polícia militar.....	46 »	56 »
Corpo de sinaleiros.....	40 »	61 »
Artelharia anti-aérea.....	27 »	20 »
Trens de munições.....	25 »	18 »
Serviço de saúde.....	16 »	12 »
Cavalaria.....	16 »	5 »
C. A. C.....	14 »	9 »
Corpo de transportes automóveis.....	4 »	6 »
Administração.....	2 »	1 »

Vêmos, pois, que a infantaria foi a arma que teve uma maior percentagem de perdas, e disso resultou a grande dificuldade de obter oficiais e sargentos em condições de preencher as numerosas baixas, que se deram.

Ideas que os americanos trouxeram da guerra sobre o emprêgo da infantaria.—Na escola de infantaria, estabelecida no campo de Benning (Georgia) foi publicado um folheto para uso da mesma escola, contendo as doutrinas táticas que a recente guerra permitiu formular e que devem servir de norma para a instrução da infantaria.

Julgamos de grande interêsse fazê-las conhecer e por isso vamos resumi-las.

—«A guerra recente mais uma vez veio demonstrar que só a *ofensiva* pode dar resultados decisivos, e que o poder ofensivo de um exército se avalia pela força de vontade e pela capacidade combativa da sua infantaria. Daqui resulta a necessidade de ter uma infantaria possuida do desejo de atacar o inimigo.

—Ainda que os aperfeiçoamentos do armamento tenham introduzido modificações nas táticas, contudo o elemento humano será sempre o factor mais importante, e a vitória será resultante mais do homem do que do armamento.

Se na passada guerra a luta se reduziu principalmente à ruptura de posições defensivas antecipada e sistematicamente organizadas, não se deverá concluir que se procederá da mesma forma numa futura guerra.

—Uma infantaria bem organizada e preparada para a guerra de movimento estará sempre á altura da sua missão numa guerra estabilizada; mas o contrario não é verdadeiro.

Portanto, qualquer que seja a forma de uma futura guerra, a infantaria deve ser instruida para a guerra de movimento e de maneira a desenvolver nesta arma o espirito ofensivo.

Os ataques e defesa das posições cuidadosamente organizadas na frente ocidental foram caracterizados por um grande escalonamento em profundidade, escalonamento que se tornava extensivo mesmo à constituição da linha de fogo da infantaria. Ora se tais dispositivos convinhão às situações particulares, que então se apresentaram, será um erro considerar que podem ser applicados às condições da guerra de movimento. Uma dispersão muito grande em profundidade pode ser tão contra-indicada como uma frente muito extensa.

—A metralhadora é hoje um dos principais obstaculos que se antolham

à ofensiva, sendo esta arma que determinou as formações dispersas adoptadas pela infantaria para o ataque. É natural que a sua importância aumente, poisque a grande potência do seu fogo e a possibilidade de actuar por surpresa tornam-na uma arma perigosa. Em vista disto, torna-se indispensável instruir a infantaria de maneira que saiba adoptar rapidamente ao terreno os meios necessários para localizar e pôr as metralhadoras fóra de combate.

Na guerra estabilizada quasi todos os grandes ataques foram quebrados antes pelo enfraquecimento da energia do atacante, do que pela resistência do inimigo.

Se na guerra passada a frente pôde ser apoiada em obstáculos intransponíveis, nem sempre isto sucederá, e desde que se possa atingir um flanco, a falta de mobilidade por parte da infantaria pode-lhe ser fatal.

— É preciso também ligar a maior importância à cooperação íntima que deve haver entre a infantaria e a artilharia, para o que se torna indispensável não só que haja meios aperfeiçoados de transmissão, mas que cada arma conheça de uma maneira completa o papel e modo de emprego da outra. Esta doutrina deve de tal modo ser inculcada que se converta numa rotina; mas isto só poderá ser obtido por meio de exercicios de armas combinadas em terreno variado, e por estágios dos oficiais nas armas diferentes das suas.

— O novo regulamento de manobras da infantaria foi baseado nas lições tácticas da guerra.

— É ainda digno de consideração a maneira como os americanos confessam que a sua infantaria não estava à altura da missão a que fôra chamada no teatro occidental, e as estações superiores reconhecem que é necessário falar claro para provocar uma evolução completa na attitude do povo americano e do exército para com a infantaria.

— Antes que os americanos atacassem o inimigo com forças importantes, já os aliados o tinham em cheque, e o seu moral tinha baixado fortemente em virtude de três factos principais: o insucesso da sua ofensiva de 1918, pois os alemães contavam com a decisão; o mau estado social da sua nação; e finalmente, a entrada em linha da America com os seus grandes recursos.

Se o exército americano de outubro de 1918 tivesse de combater com o exército alemão de 1914, divisão contra divisão, seria muito provável, declaram os americanos, que pela *"falta de disciplina, pela falta de instrução dos chefes e pelo baixo nível médio intelectual da nossa infantaria, tivessemos assistido a um desastre*. E qualquer que fosse a perfeição das outras armas e serviços, e a organização industrial e financeira em vista da guerra, o resultado seria o mesmo. Os oficiais bem informados sabem em que condições estava o nosso exército, condições resultantes da pouca importância que se ligava à infantaria. É um dever dos oficiais de todas as armas e serviços expôr lialmente as lições da guerra relativamente à infantaria."

— Sob o ponto de vista táctico, a comissão americana declara:

"É a infantaria, e só ela, que pode resolver favoravelmente um ataque ou uma defesa. O poder ofensivo de um exército avalia-se pela força de vontade e pela capacidade de ataque da sua infantaria.

O exército, cuja infantaria é fraca numérica ou moralmente, toma uma attitude passiva, e a sua derrota é certa.

Cada vez que tropas de outras armas (cavalaria e engenharia) teem atacado, ou se teem defendido, teem empregado o armamento e a táctica de infantaria; isto é, teem actuado como infantaria.

É certo que a infantaria tem necessidade do auxilio eficaz dos tanks, da artilharia e dos aviões; mas uma boa infantaria, ainda que medianamente apoiada, pode ainda ganhar batalhas, enquanto que uma má infantaria, ainda que bem apoiada, não tem probabilidade de vencer, a não ser que a infantaria inimiga também seja má, ou esteja desmoralizada.

— A força de uma boa infantaria gasta-se hoje rapidamente; mas a de uma má infantaria desaparece com uma rapidez alarmante, pois às perdas devidas à batalha se tem de juntar as fortes perdas devidas à indisciplina, à desorganização e à ignorância. Num ataque, uma divisão, cuja infantaria é boa, opõe-se com vantagem a 3 divisões, que tenham uma infantaria má."

— A Comissão afirma que estas lições são fundamentadas em factos, que por melindre não são especificados.

— Todas as unidades desde a brigada até ao pelotão são verdadeiros agrupamentos de combate, compreendendo sub-unidades armadas de espingardas, às quais se reúnem sub-unidades especiais, que constituem reforço de fogo (metralhadoras, tanks, minenwerfer e peças de 37^m/m. Desta forma o campo de acção dos oficiais de infantaria aumentou consideravelmente, e a sua instrução tem de ser mais desenvolvida, abrangendo a técnica e a tática de várias armas, a organização e emprêgo do serviço dos estados maiores de infantaria, a organização e emprêgo dos diversos meios de comunicação, o uso dos variados meios de transporte, a cooperação íntima com os tanks, com a artilharia e com a aviação, etc. Tais conhecimentos e preparação só a podem ter os *quadros permanentes*.

— A referida Comissão julga do seu dever apontar os principais erros que deram lugar a que a infantaria americana não estivesse à altura das exigências da guerra moderna. Esses erros foram :

a) Ter havido a opinião geral que a infantaria poderia rapidamente ser instruída, e que os seus oficiais e sargentos podiam ser provenientes de indivíduos quaisquer, tendo-se chegado à conclusão errônea que a infantaria era a arma que mais rapidamente se podia recrutar, instruir, armar e equipar, e aprontar para a batalha ;

b) Que as autoridades superiores, tendo dado pouca importância à infantaria, os soldados, sargentos e muitos oficiais estavam antecipadamente dominados pela idea que a infantaria pouco valia, era a arma menos gloriosa e de menos prestígio, o que produziu uma depressão moral, e fez com que muitos oficiais da reserva, novos, instruídos e com dotes de comando, preferissem as outras armas e serviços ;

c) Como consequência de tão erradas concepções, os homens que nos depósitos de recrutamento pouco valiam, física e intelectualmente, eram lançados na infantaria, de forma que eram estes homens que ficavam nas estradas e enchiam os hospitais ;

d) Houve um tal desprezo pela infantaria que se tornou a arma menos homogênea, a ponto que nalgumas divisões grande número de homens, ou não falavam, ou compreendiam mal o inglês ;

e) Era à infantaria que as outras armas vinham buscar os elementos que lhes faltavam, levando o que encontravam melhor, de forma que houve sérias dificuldades para formar quadros, que preenchessem as baixas, tendo-se de lançar mão de verdadeiras nulidades.

A Comissão emite a opinião que se deve ter em atenção as informações de todos os chefes que comandaram em França corpos de exército, divisões, brigadas e regimentos de infantaria e acentua — *„que a organização não consiste só em reunir homens e armas em unidades e em determinadas proporções, mas é necessário prever os meios que se devem empregar para ter um pessoal instruído e enérgico para se ter um organismo cheio de vitalidade e uma infantaria invencível.*”

— Creio que haverá muito a aproveitar das ideas expostas e de que se deverão utilizar os que em Portugal tem de se ocupar da reorganização do nosso exército e da defesa do país.

CRÓNICA MARÍTIMA

Alemanha

O poder aéreo da Alemanha. — Em 5 de Maio cessou a vigência das cláusulas do Tratado de Versailles que vedavam à Alemanha a construção de aéreos, podendo desde esta data ela continuar a construí-los para fins

civis, sujeita a certas condições que a imprensa alemã naturalmente condena como tirânicas e impraticáveis. Se fôrem acatadas, estas condições tornam os aparelhos alemães inúteis para fins militares, pois que os limites de velocidade, de cota e de peso útil são inferiores ao mínimo indispensável em máquinas empregadas em combate ou em bombardeamento.

Mas já alguns publicistas alemães declararam francamente que, para a próxima guerra, é necessário que o seu país esteja preparado com uma armada suficientemente poderosa para vencer toda a resistência, ao mesmo tempo que a literatura popular se vai enriquecendo com livros em que se prevê a redução a cinzas de Paris e de Londres, com grande riqueza de pormenores.

Dados sôbre a construção de submarinos.—O «engineer» de Abril fornece o programa total da construção alemã de submarinos durante a guerra: construídos até Agosto de 1914, 26; durante a guerra, 345; em construção no fim da guerra, 225; ordenados em 1918, 220. Total, 815.

O maior número de submarinos completados em um ano foi de 110, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1916. A produção em 1919 devia ser-lhe superior, pois que no fim da guerra todos os recursos de construção se concentravam nos submarinos e destroyers.

Espanha

A actividade naval espanhola.—Segundo o «Naval & Military Record», o cruzador ligeiro «Reina Victoria Eugenia», que foi começado no Ferrol em 1915 e lançado dois anos depois, começou as suas experiências em fins de Novembro passado, excedendo facilmente a velocidade de contracto de 25,5 nós. Mais recentemente, os arsenais espanhóis têm aumentado a sua eficiência e, desde que pessão o material necessário, podem produzir tão rapidamente como quaisquer outros do Continente. O «Victoria Eugenia», cujas características o assemelham ao tipo inglês «Birmingham», desloca 5.600 toneladas, é movido por turbinas ligadas directamente aos veios propulsores, sendo o vapor produzido por 12 caldeiras Yarrow (de combustão mixta) que podem desenvolver 22.500 cavalos efectivos. O armamento principal compõe-se de IX peças de 15/50 Vickers, dispostas como no «Birmingham», mas os dois tubos lança-torpedos são super-marinos.

Dois cruzadores de um tipo muito melhorado estão autorizados, parecendo que um já começou a sua construção no Ferrol. As suas características são, conforme os jornais espanhóis: comprimento, 164 metros, bôca 16 metros, deslocamento 7.850 toneladas, caldeiras para combustível liquido, turbinas de engrenagens, desenvolvendo 80.000 cavalos efectivos, à velocidade de 30 nós. Armamento, VIII peças de 15/50 no plano longitudinal, sendo VI montadas aos pares, IV de 76 mm. ou de 10 cm. anti-aéreas, e IV tubos triplíces supermarinos (12). Parece que os seus nomes serão «Augusta Victoria» e «Almirante Cervera».

Além destes navios, estão autorizados ou em construção:

(a) 3 chetes de flotilha, de deslocamento entre 1.350 e 1.600 tons., 34 nós, IV peças de 10 cm. e 4 tubos.

(b) Vários torpedeiros de 180 tons. e 28 nós.

(c) 6 submarinos de 710 tons. em imersão, velocidade à superfície 16 nós e raio de acção 4.200 milhas, armados com uma peça de 76 mm. e 4 tubos.

(d) 3 canhoneiras de 1350 tons., 15 a 18 nós e armadas de IV peças de 10 cm.

Todo este trabalho de construção é dividido entre os arsenais de Ferrol e de Cartagena. Em construção estão também um porta-aéreos e vários auxiliares.

E. U. da America

Marinha Mercante.—Em Janeiro último 4.013.000 toneladas de navios americanos entraram ou saíram dos portos dos E. U. America, dos quais 1.121.000 em lastro. No mesmo mês, o movimento de navios estrangeiros foi de 3.865.000, dos quais 676.000 em lastro, o que mostra que as viagens em prejuizo são em muito maior número para os americanos.

O valor das mercadorias importadas em navios americanos foi apenas 33 %, e o das exportadas 38 % do total. Donde se conclui que a marinha americana está transportando apenas 1/3 do comércio exterior dos E. Unidos, empregando nisso uma tonelagem maior que a estrangeira necessária para transportar os 2/3 restantes. É uma consequência do maior custo de exercício dos americanos, custo tão grande que absorve todo o rendimento e torna os navios incapazes de competirem nas cargas pobres de retôrno.

França

Tiro naval.—Depois da guerra a artilharia naval encontrava-se perante o seguinte problema: conseguir o material e aperfeiçoar os métodos que permitissem um tiro eficaz às maiores distâncias, assegurar a eficácia do tiro em más condições de visibilidade e de tempo; e não se deixar atrasar na corrida do aumento de calibre. Os aperfeiçoamentos a realizar deviam incidir sobre a direcção do tiro, a pontaria e o material.

Pelo que se refere aos aperfeiçoamentos e aos métodos dos aparelhos de pontaria, tudo gira em volta da questão da pontaria central e do disparo automático. O principio geral da pontaria central é o seguinte: realizar uma disposição tal que, estando o óculo num ponto qualquer do navio apontado sobre o objectivo, todas as peças se encontrem no momento da partida do tiro apontadas sobre o alvo. Os aparelhos que permitem obter estes resultados podem ser classificados em dois grupos: aparelhos de comando a distância, que obrigam os movimentos das peças aos movimentos do óculo apontado sobre o alvo; aparelhos de pontaria a distância, em que o óculo move apenas um simples índice. Neste caso, para pôr as peças em bataria, é necessário manobrá-las de maneira que um segundo índice venha pôr-se em coincidência com o primeiro. O comando a distância é uma solução sedutora, mas, em consequência dos retardos devidos à inércia da grossa artilharia, não parece imediatamente realizavel, a não ser para as peças que estejam fora das torres, para as quais, precisamente, o comando a distância muito menos custoso, dá resultados muito satisfatórios. A pontaria a distância deu já as suas provas na Jutlândia. (Director firing gear, do almirante Percy Scott).

Para a artilharia grossa, a pontaria a distância obrigou a abandonar a pontaria contínua, para regressar à pontaria preparada, o que é sem dúvida inconveniente; mas a experiência demonstrou que as vantagens de precisão que com ela se obtêm justificam a aceitação daquele inconveniente.

Para as peças manobráveis à mão, pôde fazer-se a pontaria contínua em direcção e preparada em elevação, o que dá uma solução muito conveniente.

Um complemento útil da pontaria central é a inflamação automática, quando a linha de mira passa pelo alvo. Para isso convém determinar a bordo o plano horizontal, ou, o que é o mesmo, a direcção vertical, o que se pode conseguir de forma completa com o giroscópio. Por ora, o problema está resolvido apenas de forma aproximada, e é necessário verificar de vez em quando os aparelhos e corrigi-los à mão por meio de observações directas para o horizonte.

A defesa anti-aérea dos portos.—Em França prepara-se a organização da defesa dos portos em bases práticas, criando companhias navais de defesa anti-aérea, formadas de especialistas, uma em cada porto militar. Admitido que os bombardeamentos aéreos por aviões e dirigíveis contra arsenais

e forças navais nos portos formarão os capítulos iniciais da próxima guerra, polendo-se por este modo vibrar golpes que aniquilem em uma noute os frutos de uma paciente preparação de anos, comprehende-se a importância vital do problema da defesa anti-aérea dos portos.

A dispersão dos alvos apresentados, o mascaramento dos pontos vulneráveis e a instalação do combustível e dos paiois de munições em abrigos à prova de bomba podem, sem dúvida, diminuir os perigos; mas só a defesa activa por meio de baterias bem colocadas e pelas esquadilhas de contra-bombardeamento, pode permitir uma relativa segurança.

Inglaterra

O desastre do «H 4». — Por ocasião do desastre que causou a perda do submarino «H 42», no Mediterrâneo, este barco e outros submarinos da Terceira Flotilha executavam um ataque simulado contra destroyers.

Os destroyers seguiam a 20 nós, quando às 9.41 (a. m.) o submarino veio à superfície a 30 m. na proa do «Versatile», que carregou imediatamente todo o leme a estibordo, pondo as máquinas a toda a força a ré; mas ainda o barco não tinha começado a guinar, quando chocou com o submarino, que se afundou imediatamente.

A causa directa do acidente foi que, contra as instruções, o «H 42» veio à superfície naquela ocasião; desconhecem-se, porém, os motivos que possam te-lo obrigado a proceder assim.

Os planos dos novos navios capitais. — A demora na construção dos dois novos navios capitais, resolvida de acôrdo com a conferência de Washington, é devida à dificuldade de preparar os planos, para um tipo inteiramente novo, em que devem ser incorporados os ensinamentos da guerra. Antes da guerra chegava-se aos deslocamentos de 30.000 tons., e já então era difficil obter a velocidade, o armamento e a protecção que a opinião naval julgava indispensáveis. Hoje exige-se uma protecção muito maior, tanto acima, como abaixo de água, ao mesmo tempo que um mais poderoso armamento e a maior percentagem de peso attribuída a estes dois factores tem aumentado enormemente. E' necessário que o navio resista aos projecteis de 40 cm., incluindo aqueles que, lançados a muito grandes distâncias caem sob grandes ângulos; que seja tambem protegido abaixo da flutuação, que possa suportar as explosões de vários torpedos ou das bombas de maior pêso, com as cobertas suficientemente robustas para resistirem ao ataque das pesadas cargas de alto explosivo lançadas do ar; que monte um armamento não inferior em pêso ou em número ao de qualquer outro navio capital existente; que pessa uma velocidade que não seja inferior à média da dos navios estrangeiros; e, finalmente, que, satisfazendo a todas estas condições, não exceda o limite de deslocamento imposto pela conferência de Washington (35.000 tons.)

Os ataques aéreos ao território. — Se o problema do *poder aéreo* tem um grande valor relativamete à táctica naval, elle é, contudo, secundário quando comparado com o problema da defesa nacional. Efectivamente, ainda quando se consigam construir os grandes navios invulneraveis à bomba ou ao torpedo, o contrôlo do mar que elles possam conceder já não é hoje sufficiente para interpôr ao avanço do inimigo uma barreira impenetrável até ao nosso território, e portanto uma marinha de grandes navios não pode, só por si, desempenhar a antiga função de defender o território metropolitano contra o ataque que possa fazer-se pela via aérea. Daí o ser a mais urgente função do governo substituir a marinha algum outro elemento de acção que desempenhe aquele papel de primeira linha de defesa. Enquanto tais medidas se não tiverem tomado, que permitam restabelecer a situação, é inútil esperar que a Gran Bretanha continui a pesar com a mesma força nos conselhos da Europa.

A política naval dos Dominios.—Na União Sul Africana agita-se a questão de saber qual a forma por que o governo poderá tornar o país menos absolutamente dependente do que hoje está da marinha britânica, para a sua defesa, pois que a experiência da guerra mostrou que já não é política prática criar uma marinha local que representasse uma contribuição apreciável para a defesa do império. O desenvolvimento do poder aéreo poderá permitir aos Dominios cooperarem em um plano comum de defesa, de uma forma mais eficaz do que o tem feito até ao presente, porque, tanto os aéreos, como os navios para os transportar, custarão menos do que os navios capitais.

O ataque do ar contra navios.—É esta a questão mais debatida presentemente. Argumenta-se com afirmações feitas recentemente pelos almirantes americanos Sims e Fiske, os quais consideram que, no futuro, a guerra naval será dominada pelo *poder aéreo*, afirmações que tem uma base de experiência. Cita-se das experiências americanas o facto de aviões, voando alto, lançarem uma cortina de fumo, e imediatamente a seguir desenhar-se o ataque de torpedo-planos, efectuando os seus lançamentos a coberto daquela cortina.

Julga o primeiro Lord do Almirantado que um tal ataque melhor poderia ser feito por destroyers, mas o almirante inglês Mark Kerr considera tal afirmação um disparate (*nonsense*), pois que é exactamente a questão da velocidade e da surpresa que torna o ataque do ar fatal. «Na experiência efectivamente realizada, registaram-se 41 % de alvos sobre a armada americana de batalha. Um ataque de destroyers pode ver-se desenvolver, e, se a armada manobrar para o evitar, a velocidade da aproximação da flotilha fica reduzida a 10 ou 15 nós. No tiro contra os destroyers só ha duas dimensões a considerar, e o navio apresenta-lhes um alvo cuja extensão é apenas igual à sua boca».

«No ataque do ar, o caso é muito diferente. O máximo três minutos depois que se veem os primeiros aeroplanos, os torpedos teem alcançado os navios. Na pontaria das peças ha a considerar uma terceira dimensão, e a observação do tiro para efeitos de regulação é quasi inexistente.»

«A percentagem de alvos obtidos com as bombas tem aumentado enormemente, devido aos progressos nos aparelhos de pontaria, e a área perigosa de uma bomba de 4000 lbs. é muito extensa, quando explode a muitos pés abaixo da superfície, à semelhança das bombas de profundidade.»

As reduções nos quadros dos oficiais.—Depois de sucessivas reduções, o Almirantado viu-se na necessidade de efectuar uma maior, oferecendo um certo número de vantagens aos oficiais que quisessem sair voluntariamente.

Estas reduções resultam da restrição dos armamentos, em consequência da Conferência de Washington, que obrigaria os oficiais a ficarem largos períodos sem comissão, caso se mantivessem todos os existentes, o que, conforme o memorando do almirantado, «não seria no interesse, quer da eficiência, quer do bem estar e contentamento na marinha», pelo que decidiu adoptar o mesmo procedimento de 1920, convidando oficiais de determinados postos e antiguidades a reformarem-se.

O Almirantado reconhece, contudo que, em vista do grande número de oficiais que tem de ser dispensado, é quasi certo que não seria possível efectuar uma redução suficiente por este meio, mas confia em que «todos os oficiais que possuam probabilidades especiais de se collocarem na vida civil, ou tenham oportunidades excepcionais de abraçarem outra carreira, o façam de preferência a deslocarem outros oficiais que não possuam as mesmas facilidades».

Caso se não produzam voluntariamente as reformas em número necessário, os restantes oficiais serão eliminados, dando-se-lhes a escolher reformarem-se nas condições especiais oferecidas, ou serem collocados na lista dos oficiais sem comissão, ou a meio soldo, sem nenhuma probabilidade de voltarem a ter comissão.

Japão

A tendência futura na construção. — Em vista do papel importante que o poder marítimo deve desempenhar no esquema de defesa do império, deve reconhecer-se que o Japão se contentou com bem pouco em navios de combate, nas estipulações do acôrdo de Washington. Conserva apenas uma armada de 10 navios capitais, e sem possibilidade de a reforçar em uma emergência, devendo antes considerá-la como a última cartada, a ser jogada só em última necessidade. Daí a natural tendência para contar cada vez mais, no futuro, com os elementos menores e menos dispendiosos da defesa naval, como cruzadores, submarinos e aéreos, em relação aos quais o acôrdo lhe deixa as mãos livres. E, de facto, sabe-se já que a construção destes tipos se está fazendo a toda a velocidade.

Manobras navais. — O objectivo das manobras realizadas em Outubro último era a ocupação do porto militar de Maizuru por meio de um golpe de mão sobre as costas do mar do Japão, no qual a armada inimiga devia entrar pelo canal Tsuchima.

Armada da defesa (*vermelha*), constituída pela terceira esquadra, do comando do vice-almirante Oguri, cruzava inicialmente no mar do Japão, sem perder o contacto com o objectivo inimigo (Maizuru).

A esquadra atacante (*azul*), sob o comando do almirante Tochiuchi, compreendia ao todo 55 navios, incluindo a segunda e terceira esquadras, além de navios para fins especiais. A sua preparação para o ataque fez-se nos golfos de Hakata (na costa NW de Kiushiu) e de Aburaya, ou Yuga. Uma parte manteve-se nas alturas de Kuriyama (extremo oeste de Hondo).

Feita a preparação nos dias 21 a 23 de Outubro, estas forças, passado o estreito de Tsuchima, dirigiram-se para o Norte, com o fim de ocuparem a ilha Oki, para se servirem dela como base avançada para as operações.

O primeiro grupo de infantaria de marinha, actuando como forças de desembarque, sob o comando do contra-almirante Ishuin, começou a colocar baterias nas posições convenientes da ilha.

Entretanto a armada da defesa, enquanto atendia à segurança de Maizuru, tomava as suas disposições para manter o contacto com o inimigo e conhecer os seus movimentos, por meio do serviço de exploração.

O contacto entre as duas forças adversárias estabeleceu-se a 24, dia em que se deu o primeiro combate próximo da ilha Oki. A partir então iniciava-se a segunda fase das manobras, e os combates travam-se sem interrupção.

Uma parte da armada de Tochiuchi, comboiando vários transportes provenientes do estreito de Tsuchima, escapou à vigilância do inimigo durante a noite, e desembarcou ao amanhecer de 24 as brigadas de infantaria de marinha, no golfo de Mionoseki, ou Nakami (ao sul de Oki). As tropas desembarcadas travaram depois combate com as tropas da guarnição naval de Maizuru, que acorreram para se oporem ao avanço dos azuis.

Perto de Maizuru, onde se encontrava o grosso da armada vermelha, começam a aparecer aeroplanos inimigos na noite de 24, enquanto à entrada do golfo se aproximavam já os contra-torpedeiros e os submarinos. Então os contra-torpedeiros e os submarinos vermelhos dirigiram-se para a ilha de Oki, a fim de tomar contacto com o inimigo.

Os aeroplanos vermelhos, que tinham a sua base no golfo de Kurita (um pouco a Oeste de Maizuru) elevaram-se a uma altura conveniente para travar combate com os inimigos.

Ao amanhecer de 25 combateu-se incessantemente no mar e no ar.

As duas forças adversárias lutavam tenazmente, esperando cada uma a chagada do grosso próprio. O da armada atacante mantinha-se nas alturas da sua base de Oki, enquanto o da armada de defesa se aproximava em socorro do porto ameaçado de Maizuru. Na tarde de 26 os grupos adversários encontravam-se nas águas de Maizuru, iniciando-se a última fase das manobras, a decisiva.

Durante a noite de 26 para 27, as forças vermelhas saíram até à bôca

do porto, travando combate com contra-torpedeiros e submarinos inimigos, que tentavam forçar a entrada do golfo, e começando a perturbar com o tiro indirecto o grosso da armada atacante, que se encontrava nas alturas da ilha Kammuri (em frente do Maizuru).

Esta, agora inteiramente concentrada, decidiu-se a atacar a fundo o porto. Mas antes de poder efectuar a sua decisão, os defensores do porto, conhecendo por meio dos seus aeroplanos os movimentos do inimigo, aproveitando a noite, saíram de Maizuru, e conseguiram reunir-se ao grosso das forças próprias, ao norte do cabo Echizen (ponta este da Baía Wakasa, da qual faz parte o golfo de Maizuru), ao amanhecer de 27. Assim reunidas, atacaram a armada adversária.

O combate entre as duas poderosas armadas começou na manhã de 27, nas vizinhanças da ilha Kammuri. Nele foram empregados todos os modernos sistemas de tiro, ataques de contra-torpedeiros e submarinos, lançamento de torpedos, etc., procedendo-se de modo que cada tipo de navio podesse desenvolver todas as suas qualidades especificas tanto tácticas como estratégicas.

Depois de duas horas de luta, o director das manobras, almirante Yamashita, chefe do Estado Maior General da Armada, ordenou que o combate cessasse, começando logo depois a critica das manobras em Maizuru.

Russia

Pirataria no Báltico.—Vários casos se têm dado recentemente de navios estrangeiros serem molestados, nas proximidades das águas russas, por navios arvorando a bandeira naval dos soviets, e cujo procedimento, pilhando pela força a carga e maltratando os tripulantes e passageiros, bem pode classificar-se de pirataria.

Enquanto o govêrno não tomar medidas contra tais actos, torna-se evidentemente impossível esperar que se restabeleçam normalmente as relações comerciais com a Russia.

O chefe do Estado Maior da defesa costeira finlandesa acusa os marinheiros bolchevistas de terem pilhado vários navios, durante o período do ano passado em que o Golfo da Finlândia esteve aberto à navegação até Petrogrado, e calcula-se que cousa semelhante irá succeder este ano, a não ser que se tomem medidas para o impedir. A Finlândia desejaria esta eleger um serviço de patrulhamento na zona ameaçada, mas não possui navios suficientes e, em virtude do acôrdo de Washington, não pode adquiri-los de outra marinha.

B. S.

BIBLIOGRAFIA

I—LIVROS

França

- 1 *Anuaire spécial du service de recrutement pour 1922. Anuaire arrêté au 1.^{er} janvier 1922.*—Limoges impr. — éditeurs Charles-Lavauzelle et C.^{ie}. Paris, lib. de la même maison, 124, boulevard Saint Germain. 6022, In-8.^o. 72 p.
- 2 *ÉLÈVE (l') officier de réserve et l'Officier de complément.* 9^e édit on. 1922. Limoges, impr. — lib — éditeurs Charles-Lavauzelle et C.^{ie}. Paris, lib. de la même maison, 124, boulevard Saint Germain. 1922. In-12, 156 p.
- 3 *ÉLÈVE (l') SOLDAT.* Pour toutes les armes.) (*Certificat de préparation. Les dix-neuf brevets de spécialité. Armes montées, tireur classé, grenadier classé. éclaireur, topo-graphe, nageur classé, gymnaste*

- classé sports athlétiques, boxeur classé, aviron, chars de combat, lecture au son, etc.* 55^e édition 1927. — Limoges, impr. — lib. — éditeurs Charles-Lavauzelle et C.^{ie}. Paris, libr. de la même maison, 124, boulevard Saint-Germain, 1922. In-12, 470 p. avec figures et cartes.
- 4 *Ennemis (les) du petit soldat. Conseils d'un homme de la classe.* 26^e édition. — Limoges, impr. libr. — éditeurs Charles-Lavauzelle et C.^{ie}. Paris, libr. de la même maison, 124, boulevard Saint-Germain, 1922. In-32, 48 p.
- 5 *Historique du 14^e régiment de chasseurs. Guerre 1914-1918.* — Limoges, impr. libr. — éditeurs Charles-Lavauzelle et C.^{ie}. Paris, libr. de la même maison, 124, boulevard Saint-Germain, 1922. In-8, 16 p.
- 6 NOGUES (GÉNÉRAL). — *Mémoires du général Noguès (1777-1853) sur les guerres de l'Empire*, publiés par le baron André de Maricourt. — Paris, impr. libr. — Alphonse Lemerre, 23-33, passage Choiseul, 1922, (12 avril). In-8, 319 p. 13 fr.
- 7 BARRÉS (MAURICE). *Chronique de la Grande Guerre VI. (25 août — 11 décembre 1915).* — Paris, impr. libr. — éditeurs Plon-Nourit et C.^{ie}, 8 rue Garaucière (VI^e). 1922 (13 avril). In 8.
- 8 *Instruction sur l'utilisation de la voie de o N.° 40. (Annexes à l'instruction sur les mises en batterie des matériels d'artillerie lourde a tracteurs du 3 août 1917).* Approuvé par le général commandant en chef, le 29 janvier 1918. 1.^{er} bureau. N.° 33341. — Paris, impr. Nationale. 1921 (12 avril). In 12, 15 p. avec figures et planches.
- 9 *Projet de règlement de manœuvre des unités de Chars Mark V. Décembre 1921. Fascicule 2. Titre 5: Combat. Titre 6: Evolutions. Titre 7: Service en campagne.* — Paris, Imp. National, 1921 (12 avril 1922). In-12, 85 p. avec figures.
- 10 GLASSON (capitaine). — *La guerre future.* — Paris, impr. L. Pochy; éditeurs Victor Attinger, 30; boulevard Saint-Michel. Neuchatel, 7, place A. M. Plaget. 1922 (8 avril). In 8, 125 p. 4 fr. 50
- 11 ABADIE (lieutenant colonel Br. M.) — *Opérations au Levant. Les Quatre Sièges d'Aïntab (1920-1921).* Limoges, impr., éditeurs Charles Lavauzelle et C.^{ie}. Paris, libr. de la même maison, 124, boulevard Saint-Germain, 1922. In-8, 151 p. avec gravures et croquis.
- 12 BAQUET (général). — *Souvenirs d'un directeur de l'artillerie. Les Canons. Les munitions.* Novembre 1912. Mai 1915. Limoges, impr. — éditeurs Charles-Lavauzelle et C.^{ie}. Paris, libr. de la même maison, 124, boulevard Saint-Germain, 1922. In-8, 187 p.
- 13 *Instruction provisoire sur l'emploi tactique des grandes unités.* — Limoges, impr. — éditeurs Charles-Lavauzelle et C.^{ie}. Paris, libr. de la même maison, 124, boulevard Saint-Germain, 1922. In-12, 138 p.

Inglaterra

- 1 AUTEN (Lt.-Commander H.) «Q» Boat Adventure. The Exploits of the Famous Maystery Ships by a «Q» Boat Commander. Popular edn. Cr. 8vo, pp. 290. *H Jenkins* 2/6
- 2 BOYLE (R. C.) A Record of the West Somerset Yeomanry, 1914-19. M. 8vo (9. × 6.), pp. 188. *St. Cath. Press* 10/6
- 3 D'EYNCOURT (Sir E. H. T.) Notes on Some Proposals made during the War for Protecting Merchant Ships against Submarines Royal 8vo, pp. 18. *Spon* 3/6
- 4 DUNDAS (Admiral Sir Charles) of Dundas. An Admiral's Yarns. Stray Memories of 56 Years. 8vo, pp. 313. *H. Jenkins* 16/
- 5 HISTORY of the 8th North Staffords. Cr. 4to, pp. 111. *Hughes & Harber.* 10/6
- 6 HISTORY of the Prince of Wales' Own Civil Service Rifles. Demy 8vo (8 × 6), pp. 489. *Wyman.* 10/
- 7 JANE (F. T.) Jane's Fighting Ships, 1921. 8vo, pp. 634. *S. Low Marston & Co.* 52/6

- 8 MACKENZIE (Capt. D.) The Sixth Gordons in France and Flanders. (With the 7th and 1st Divisions.) Cr. 4to (10 × 8), pp. 241. *Aberdeen, Rosemount Press.*
- 9 MANCHESTER University Roll of Service. 8vo, pp. 274. *Longmans.* 10/
- 10 YOUNG (A. D.) A Subaltern in Serbia, and Some Letters from the Struma Valley. Cr. 8vo (7 × 5.), pp. 126. *Drane.* 3/6

II — PERIÓDICOS

Portugal

O Instituto, n.º 3 de Março de 1922. Notas antropológicas sobre os Luangos da região dos Dembos (Angola). Sur une proposition de M. Hadamard. Etc.

N.º 4 de Abril. Ligeiros apontamentos sobre a família de Manoel Severino de Faria. Novos aspectos de azotemia. Etc.

Brasil

- 1 *O Tiro de Guerra*, n.º 4 de Abril de 1922. O concurso dos Tiros de Guerra nas grandes manobras de Saycan. A inconfidência mineira. Etc.
- 2 *Revista dos Militares*, n.ºs 141-142 de Março-Abril de 1922. As grandes manobras. O problema das fronteiras. Reconhecimento do terreno. Etc.

Chile

Revista de Marina, n.º 388 de Março a Maio de 1922. El combate de Iquique. La actuación de don Eduardo Llanos en el entierro, en Iquique, de los restos de los heroes de la «Esmeralda». Causas políticas ocultas de la guerra submarina alemana. Modificaciones a la ley de retiro. Etc.

Colombia

Memorial del Estado Mayor del Ejercito de Colombia, n.º 117-118 de Março-Abril de 1922. La campaña del Sur y especialmente la Batalla de Bomboná.

Espanha

Memorial de Caballeria, n.º 72 de Junho de 1922. La caballeria que necesitamos. Concurso Nacional de Ganados de 1922. Los lamentos de um jinete.

N.º 73 de Julho. Santiago y cierra Espana! El problema hipico em Cataluña. Temas pedagógicos. Etc.

França

Revue Militaire Générale, numero 6 de Junho de 1922. Les erreurs militaires fatales de la Russie des Tsars. L'offensive austro-allemande contra l'Italie—La 12^e bataille de Isonzo (outubro-novembro 1917). Etc.

Italia

Rivista di Artiglieria e Genio, Junho de 1922. Il generale Lorenzo Sollier. Sul riordinamento dell'artiglieria italiana. Il Campo Ferraris. Le intercettazioni telefoniche durante la guerra. Etc.

Suissa

Revue Militaire Suisse, n.º 7 de Julho de 1922. L'avenir de notre armée. Le canon d'infanterie.

Mantendo as tradições deste jornal, a direcção declina nos autores a responsabilidade das doutrinas expostas nos respectivos artigos.



General José Cesar Ferreira Gil

Falecido a 15 de Agosto de 1922